





UM FIINSA PARA ALÉM DA COP30

Em Belém, em meio a dias intensos e a uma Amazônia que vive tantas expectativas, reunimos pessoas, territórios e organizações que já vêm construindo, na prática, uma nova economia para a região. O Festival de Investimentos de Impacto e Negócios Sustentáveis da Amazônia (Fiinsa) 2025 não foi um encontro para discutir promessas, foi para mostrar o que já está acontecendo, com a força de quem vive, empreende e transforma todos os dias.



Realizar o Fiinsa em plena COP30 foi provocador, necessário e afirmativo. Ao expandirmos o festival em uma capital que carrega histórias, tensões e potencialidades próprias, reforçamos a grandiosidade de nossa região, de nossa gente, de quem faz a economia girar. E, sobretudo, reforçamos a defesa de que os negócios de impacto da Amazônia são parte concreta das respostas que o mundo busca diante da crise climática.

De tal forma, desde o início, ao planejarmos o Fiinsa COP30, fizemos questão de trabalhar com parceiros locais: equipes de produção, fornecedores, artistas, comunicadores, facilitadores e outros colaboradores da capital paraense. Cada profissional envolvido ajudou a trazer a identidade de Belém para dentro do festival, valorizando a cultura, a mão de obra e os talentos que fazem a Amazônia vibrar para além de suas fronteiras.

430

Participantes

56

Painelistas

50

Negócios no Mercado Fiinsa

102

Vendas realizadas





Tivemos 430 participantes, sendo 56 painelistas, divididos em cinco painéis e três rodas de conversa, uma oficina e uma curadoria cuidadosa com 50 negócios das florestas e das águas, que estiveram no Mercado Fiinsa. Esses empreendedores carregaram produtos, histórias, saberes e uma dose imensa de resistência.

Os resultados mostram isso com clareza. Durante o evento, esses negócios realizaram 102 vendas, movimentando mais de **R\$ 11,5 mil**. Para muitos empreendedores foi a confirmação do mercado, interesse e espaço para a Amazônia, que produz com responsabilidade e coerência. E foi bonito ver isso acontecendo ali — conexões surgindo espontaneamente, cartões sendo trocados, contatos prometendo continuidade, entre outras ações de muito networking.

Reunimos atores que raramente dividem o mesmo espaço. Aliás, essa é uma marca essencial do Fiinsa: aproximar quem muitas vezes não conversa — empreendedores, empresas, investidores, terceiro setor, governos e comunidades. Em vários momentos, ficou evidente o quanto essa mistura faz sentido e se faz cada vez mais necessária. Pessoas com trajetórias e propostas completamente diferentes se encontraram movidas por um mesmo propósito: **construir um futuro mais justo e próspero para a região amazônica**.

Nada disso teria acontecido sem a rede que nos acompanhou. Somos profundamente gratos a todos os participantes que se somaram ao Fiinsa, aos patrocinadores e apoiadores que acreditaram na proposta. Sem vocês, não teríamos conseguido. Também queremos agradecer de forma especial aos empreendedores e empreendedoras que viajaram, se prepararam e dedicaram tempo, energia e talento para estarem conosco. Vocês são a razão do Fiinsa existir — e a melhor resposta para quem ainda duvida da potência dessa região.

Encerramos esta edição com um sentimento muito claro: fizemos parte de algo que vai continuar reverberando.

Das trocas, falas e anseios no festival, nasceu a Carta Fiinsa, que agora segue sua própria trilha. Desejamos que cada linha dela se transforme em ação — em políticas públicas, investimentos, parcerias e decisões que fortaleçam quem já está trabalhando na base. Que as mensagens ali colocadas ecoem, guiando governos, empresas e instituições para caminhos mais coerentes com a realidade amazônica.

A Amazônia já mostrou que sabe fazer. Nosso papel agora é garantir que o mundo saiba enxergar.

A gente se encontra no Fiinsa 2026, em Manaus (AM).

IMPACT HUB MANAUS E IDESAM, REALIZADORES DO FIINSA





Realização:



Correalização:

Patrocínio Samaúma:



Patrocínio Castanheira:



Patrocínio Cupuaçu:



Apoio Institucional:



Parceiros:





SUMÁRIO

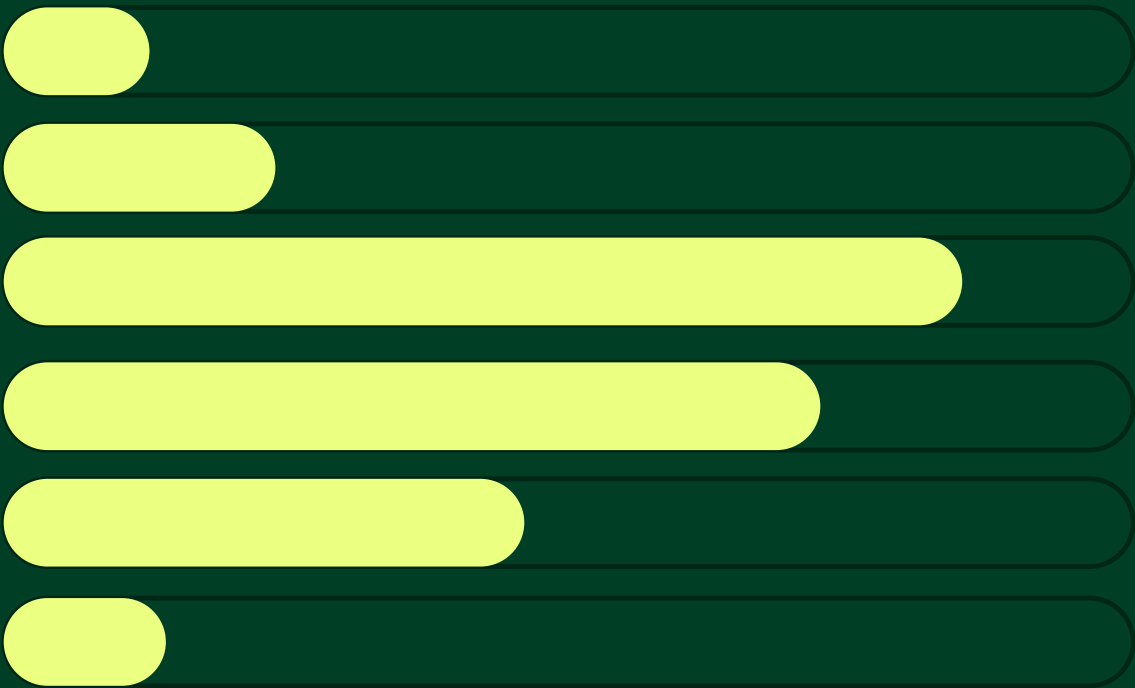
Dados do Sympla	6
Painel 1 - O chamado para uma nova arquitetura de impacto	7
Painel 2 - O futuro da Amazônia começa ampliando a mesa	10
Painel 3 - Da floresta ao mercado: por que a Amazônia ainda transforma tão pouco do que produz?	14
Painel 4 - Se a bioeconomia é o caminho, por que ela ainda tropeça?	17
É preciso destravar pilotos e validar soluções	19
Painel 5 - O que funciona quando o território lidera	20
Capital que chega com confiança, rede e perspectiva territorial	22
Caminhos para uma economia regenerativa	22
Roda de conversa A - Como crescer sem atropelar culturas?	24
Roda de conversa B - Juventude e a economia da Amazônia	27
Roda de conversa C - Quando a Amazônia deixará de ser promessa?	28
Inteligência artificial para acelerar a bioeconomia amazônica	30
Entrevista exclusiva: Márcia Soares	31
Entrevista exclusiva: Marcus Bessa	34
Entrevista exclusiva: Irmãos Minev	36
Recursos existem, acesso não: o alerta sobre a financeirização da floresta	38
Zôma vai impulsionar empreendedores da sociobioeconomia amazônica	40
Apoiar o pesquisador para virar empreendedor	42
Entrevista exclusiva: Juliana Teles	43
Entrevista exclusiva: Denis Minev	46
Impacto socioambiental só existe com escuta ativa	49
Entrevista exclusiva: André Vianna	51
Entrevista exclusiva: Carlos Koury	52
Entrevista exclusiva: Letícia Leal	54
Produção do Fiinsa COP30	56
Da Amazônia para o mundo	61
Sobre o Fiinsa	62

Textos: Inajá Comunicação - Elendrea Cavalcante e Audrey Bezerra
Apoio nos textos e revisão: Up Comunicação Inteligente com as jornalistas Emanuelle Araújo, Tatiane Vieira e Vinicius Teixeira
Identidade Visual e design: Letícia Rezende
Fotos: Treme Filmes, Audrey Bezerra e Emanuelle Araújo
Ilustrações: Dedeh Farias
Revisão: Gracycleide Oliveira
Revisão Idesam: André Luiz Vianna, Carlos Gabriel Koury, Mariano Cenamo, Paola Bleicker e Larissa Mahall Marinho
Revisão Impact Hub Manaus: Juliana Teles, Marcus Bessa e Nathália Andrade



DADOS DO SYMPLA

SITE ONDE OS PARTICIPANTES SE INSCREVERAM



Até 18 anos: **4 participantes** (0,9%)
19 a 25 anos: **42 participantes** (9,8%)
26 a 35 anos: **155 participantes** (36,1%)
36 a 45 anos: **133 participantes** (30,9%)
46 a 60 anos: **83 participantes** (19,3%)
Acima de 60 anos: **13 participantes** (3%)

Região Norte:
265 participantes

Região Nordeste:
11 participantes

Região Centro-Oeste:
16 participantes

Região Sudeste:
126 participantes

Região Sul:
12 participantes



175
Homens



248
Mulheres

7 preferiram
não responder.



PAINEL 1

O CHAMADO PARA UMA NOVA ARQUITETURA DE IMPACTO



A Amazônia não precisa apenas de dinheiro, mas também do redesenho de estruturas que definam para onde o recurso vai, como circula e quem se beneficia

O debate sobre financiamento no Fiinsa trouxe uma conclusão inequívoca: “A Amazônia precisa de uma nova arquitetura de impacto”. Não se trata apenas de mais capital, mas de uma outra lógica para fazê-lo circular — viva, territorial, capaz de sustentar erros, aprendizados e trajetórias longas.

O primeiro painel do evento abordou a temática **“Capital que alavanca impacto: como garantir resultados reais?”** e reuniu vozes do empreendedorismo, setor privado, organizações e fundo indígena para responder a uma pergunta essencial: como o dinheiro pode, de fato, servir à floresta e à quem vive dela?



Entender, se adaptar, estar disposto ao risco é uma mensagem muito positiva para a gente que quer irradiar pontos e resultados de impacto”, frisou Carlos Koury, diretor de Inovação em Bioeconomia do Idesam e mediador do debate.

Abrindo a conversa, Paulo Reis, presidente da Associação dos Negócios de Sociobioeconomia da Amazônia (Assobio), trouxe uma das provocações mais fortes do encontro ao defender que nenhum ecossistema amadurece, se não aprender a lidar com falhas.



“Talvez a gente erre no fornecedor. E a gente precisa ter fôlego para que esse erro não mate o negócio. É isso que faz um ecossistema saudável: um lugar onde você pode falhar sem morrer”, afirmou.

Para ele, a Amazônia ainda opera no limite, onde pequenas falhas podem comprometer trajetórias inteiras — e isso asfixia a inovação antes que ela nasça.

Paulo aprofundou esse diagnóstico ao defender a construção de uma infraestrutura compartilhada que reduza custos e dê autonomia aos negócios amazônicos. **“A gente ainda está no limiar muito grande disso acontecer. É preciso que algumas iniciativas falhem, mudem, desistam, sem que isso contamine o todo”**, completou. Investir apenas em empresas isoladas não resolve. Segundo ele, é preciso criar laboratórios, centros de P&D, espaços de produção e serviços especializados que mantenham o ecossistema respirando.

Representando o setor privado, o diretor-presidente do Grupo Bemol e enviado especial do Setor Privado da Amazônia na COP30, Denis Minev, reforçou que a região não prosperará se suas empresas não crescerem. Para ele, parte da desigualdade regional nasce justamente da falta de condições de escala que outros estados tiveram historicamente. Ele defendeu ainda que a sustentabilidade precisa caminhar junto com oportunidades concretas ligadas à restauração, carbono, bioeconomia e geração de renda — e isso exige organização, ambição e políticas de longo prazo.

Alianças Filantrópicas

Na perspectiva das alianças filantrópicas globais, a representante da Climate and Land Use Alliance (Clua), Melissa Sandic, trouxe uma camada crítica à discussão, ao lembrar que mesmo o capital de doação precisa se reorganizar, quando o objetivo é transformar sistemas.

Colaboração de Inteligência

Ela destacou que as seis fundações da aliança compreenderam, há mais de uma década, que a complexidade dos territórios amazônicos exige colaboração de inteligência, de recursos e de métricas.

Estruturas Conjuntas

Para Melissa, só com estruturas conjuntas é possível entender onde há acertos, erros e como garantir impacto real em regiões tão diversas.

No eixo da filantropia estratégica nacional, a gerente Amazônia e Parcerias do Fundo Vale, Márcia Soares, reforçou como o capital catalítico pode abrir portas, onde os mecanismos tradicionais não chegam. Ao combinar capital semente, garantias e parcerias com bancos e investidores privados, o Fundo Vale vem desenhando modelos híbridos para destravar recursos maiores, especialmente em restauração e agroflorestas.



Filantropia, nesse contexto, funciona como laboratório: testa caminhos, absorve riscos, ajusta modelos e prepara o terreno para que outros tipos de capital cheguem com mais segurança.

A composição do painel se transformou com a fala de Sandro Baré, indígena do povo Baré do Alto Rio Negro e diretor financeiro do Fundo Podáali — criado, dirigido e aplicado por indígenas. Sua intervenção reposicionou a discussão a partir da lógica dos territórios. Ele trouxe uma das frases mais marcantes da manhã do evento.



Quando um recurso começa a ser executado nos territórios indígenas, ele traz de volta uma essência que muitos territórios já nem tinham mais”, destacou.

Segundo Sandro, o Podáali rompe com burocracias que afastam o capital da ponta e devolve às comunidades o direito de decidir como querem se desenvolver, invertendo a lógica tradicional dos investimentos que chegam prontos e desconectados da realidade local.

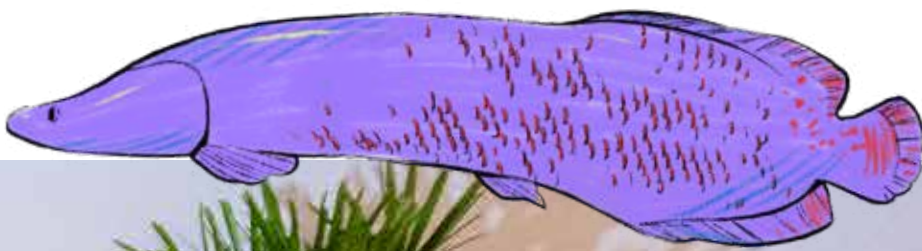
📄 **Raio-X:** O debate se encerrou com uma síntese que serve de guia para qualquer estratégia de desenvolvimento para a região: não basta trazer dinheiro para a Amazônia — é preciso redesenhar as estruturas que definem para onde ele vai, quem decide, como circula e quem se beneficia.





PAINEL 2

O FUTURO DA AMAZÔNIA COMEÇA AMPLIANDO A MESA



Bioeconomia só existirá de fato quando quem vive a floresta tiver condições concretas de escolher o futuro dela

A transformação da nova economia da Amazônia passa por uma redistribuição profunda de poder. Mais do que ampliar investimentos, é preciso ampliar vozes, garantir participação real nos espaços de decisão e fortalecer uma governança territorial que reconheça a diversidade dos territórios. O painel **“Quem senta à mesa: equilibrando forças no ecossistema amazônico”** mostrou que a bioeconomia só existirá de fato quando quem vive a floresta tiver condições concretas de escolher o futuro dela.

O debate revelou um ponto comum: recursos, editais e programas não bastam se continuarem distantes das necessidades reais das comunidades. **Colocar a Amazônia no centro significa colocar as pessoas no centro.** E isso exige mudança estrutural na forma como governos, bancos, academia, setor privado e filantropia interagem com os territórios.

O desafio da tríplice fronteira

A tríplice fronteira do Alto Solimões apareceu como símbolo desse desafio: uma região rica em diversidade sociocultural, potência produtiva e conexões internacionais, mas ainda invisibilizada pelo Estado, marcada por estigmas e com enorme dificuldade de acessar crédito, fomento e apoio técnico.

Ausência institucional

O exemplo evidencia que onde o território é mais vivo, a política pública tende a ser mais ausente.



No painel, a coordenadora do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões da Universidade Federal do Amazonas (Pactas/Ufam), Taciana Coutinho, destaca que essa ausência institucional ganha rosto e cotidiano. Moradora do município de Tabatinga há 16 anos, professora na cidade de Benjamin Constant, ambas localizadas no interior do Amazonas, e mãe de uma estudante em Letícia (Colômbia), ela vive as peculiaridades da fronteira (do Brasil com a Colômbia) todos os dias.

Ela relatou como docentes com mestrado e doutorado, atuando há décadas no território, simplesmente não eram reconhecidos pela própria instituição. A criação do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia e, depois, do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (Pactas) surge como resposta à invisibilidade histórica do Alto Solimões, frequentemente reduzido ao estigma do narcotráfico ou visto apenas pela ótica da violência.

De acordo com ela, para construir um ecossistema de inovação real, foi preciso antes olhar para os fracassos. A equipe da universidade estudou projetos abandonados, estruturas vazias e políticas que nunca saíram do papel. A partir desse diagnóstico, consolidou parcerias, como com o Idesam, e passou a fortalecer cadeias locais, como a do pirarucu e de frutas regionais. Para ela, **“nada floresce sem formação de pessoas, descentralização de investimentos e cursos adequados ao interior. Falta engenheiro de alimentos, falta presença institucional, falta política de longo prazo. O potencial existe, mas a estrutura não”**, resumiu.

01

Aproximar o banco dos territórios

Tatiana Schor, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aprofundou esse debate ao mostrar que transformar o financiamento para o bioma amazônico requer mudar o próprio sistema financeiro.

02

Romper com decisões distantes

O programa “Amazônia Sempre” nasceu da necessidade de aproximar o banco dos territórios e romper com a lógica de que grandes decisões sobre a região são tomadas longe dela.

03

Aprender a ouvir

Para Tatiana, sentar à mesa não é suficiente; é preciso aprender a ouvir.



Durante o debate, sua fala trouxe uma virada histórica. Segundo ela, hoje, o BID é um dos únicos bancos multilaterais do mundo a realizar implementação direta com organizações indígenas e quilombolas. Isso significa reconhecer processos culturais de decisão, formar jovens nos próprios territórios para operarem projetos complexos e convencer estruturas burocráticas internacionais de que líderes sem diploma universitário têm legitimidade para assinar e conduzir investimentos. Esse processo, afirma Tatiana, transforma o sistema de dentro.



Ela alerta ainda que nenhum mecanismo de crédito prosperará, enquanto a dívida histórica, não apenas política e social, mas financeira, não for enfrentada. O exemplo das cooperativas de castanha do Amazonas, endividadas há anos por falhas de gestão pública, mostra como cadeias inteiras permanecem aprisionadas em sistemas intermediários. **“Se nem a castanha, uma cadeia consolidada, consegue avançar, o que esperar das redes produtivas mais vulneráveis?”**, indaga.

Noanny Maia, fundadora da Cacauaré, reforçou essa urgência de olhar para o passado para projetar o futuro. Ela lembrou que muitos investimentos chegam às comunidades sem considerar o histórico do território, ignorando o que destruiu cadeias, expulsou famílias, deixou prédios abandonados e gerou desemprego.



Se o país tem 70 milhões de hectares de terras degradadas a serem restauradas, quem cuidará desse manejo, se as comunidades continuam sendo expulsas ou desassistidas?”, questionou. Para ela, equilibrar forças significa garantir que quem produz na floresta decida sobre o futuro dela.

O cacique Karipuna e coordenador da Uasei, José Damasceno, lembrou que os povos indígenas são os verdadeiros detentores e protetores da floresta, mas continuam sem acesso aos recursos destinados ao meio ambiente. A Uasei nasceu para romper com a lógica dos atravessadores, fortalecer cadeias como a do açaí e garantir autonomia econômica às aldeias.

Mesmo assim, Damasceno relata que projetos não chegam, gargalos persistem e associações precisam se desdobrar para equipar beneficiamento, pagar transporte para grandes capitais, como Belém ou São Paulo e garantir renda justa às comunidades. Para avançar, diz ele, é preciso investimento direto, qualificação dos jovens e reconhecimento de que proteger a floresta custa caro a quem vive nela.

O painel também destacou as contribuições de Bruna de Vita, diretora do Departamento de Políticas de Estímulo à Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente, e a mediação de Marcus Bessa, do Impact Hub Manaus, reforçando que governança territorial, presença feminina, consórcios comunitários e juventudes são elementos essenciais para um ecossistema equilibrado.

Bruna de Vita ressaltou que o Brasil vive um momento inédito na estruturação de políticas públicas voltadas à sociobioeconomia. Ela destacou que a recente criação da Secretaria Nacional de Bioeconomia marca um passo histórico para organizar, integrar e potencializar iniciativas que já existem há décadas nos territórios, mas que agora ganham diretrizes formais.



Bruna de Vita



Ela afirmou que o governo federal trabalha na consolidação de um conceito oficial de bioeconomia, incluído em decreto, e na finalização do Plano Nacional de Bioeconomia. O documento, discutido por mais de um ano, coloca a sociobioeconomia no centro das políticas, fortalecendo negócios comunitários, ecossistemas produtivos e mecanismos de reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Entre as agendas prioritárias, ela enalteceu também o avanço na política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), fundamental para valorizar modos de vida que contribuem diretamente para a conservação e para a manutenção de serviços ecossistêmicos.

Segundo Bruna, o principal desafio continua sendo assegurar que recursos, políticas e investimentos cheguem efetivamente aos territórios e aos verdadeiros beneficiários da bioeconomia.



São muitas frentes em construção e esperamos aprofundar esse debate para garantir que a sociobiodiversidade seja reconhecida como eixo estratégico do desenvolvimento”, afirmou.

A conclusão do painel deixa pouca margem para dúvidas: a nova economia da Amazônia não será construída apenas com recursos financeiros. Ela depende de articulação entre atores locais, escuta qualificada, descentralização e governança comunitária efetiva. A pergunta que orientou o debate, “Quem está sentado à mesa?”, sintetiza o principal desafio do ecossistema amazônico.

Os participantes foram unânimes em apontar a direção.

A Amazônia precisa de uma mesa de decisão mais ampla, diversa e próxima da floresta.

No fim das contas, é quem vive o território que tem condições reais de definir seu futuro.



Noanny Maia

É quem cuida da terra que pode transformar a economia. E uma bioeconomia justa só será possível, quando as vozes da região estiverem no centro das escolhas que moldam a nova economia da floresta.



PAINEL 3

DA FLORESTA AO MERCADO: POR QUE A AMAZÔNIA AINDA TRANSFORMA TÃO POUCO DO QUE PRODUZ?



Como comunidades, indústria e territórios podem construir uma economia que gere valor sem romper a lógica da floresta

O painel “**Cadê a indústria da Amazônia?** Do extrativismo ao valor agregado” colocou em evidência um consenso entre quem produz, quem transforma e quem organiza o território: para a Amazônia deixar de ser promessa e se tornar potência, é preciso unir saberes tradicionais, inovação e planejamento.

1. Cultura Alimentar

Empresária e pesquisadora Joanna Martins, fundadora da Manioca, destaca que a bioeconomia amazônica só se sustenta com coordenação entre indústria, cadeias produtivas e comunidades, especialmente para garantir qualidade e padronização sem romper com a lógica da floresta.

2. Planejamento Estratégico

Diretora de Planejamento Estratégico e Novos Negócios e presidente do Conselho ESG da GBR Componentes da Amazônia, Rebecca Garcia defende que a Amazônia só conseguirá conquistar mercados globais com planejamento estratégico de longo prazo, coordenação efetiva do governo e atuação integrada da iniciativa privada e da sociedade civil.

3. Transferência de Tecnologia

Gilberto Nobumasa, fundador da Fortparaoil, defendeu no FIINSA uma bioeconomia baseada na valorização do território, do pequeno produtor e da floresta em pé, com foco em agregar valor e construir soluções de longo prazo junto às comunidades.

4. Planejamento Estratégico

Kelly Ferreira, presidente da Aspacs, defendeu parcerias, capacitação e valorização do produtor extrativista como caminhos para gerar renda contínua e fortalecer o desenvolvimento sustentável das comunidades da floresta.



Logo na abertura, a fundadora e diretora da Manioca, Joanna Martins, chamou atenção para a importância da cultura alimentar amazônica e da integração real entre comunidades e cadeias produtivas. Ela destacou que o sucesso de produtos como o tucupi depende de um trabalho profundo no território, que inclui seleção de variedades, assistência técnica, aproximação com a ciência e coordenação com produtores. Ressaltou ainda que o mercado exige padronização, mas que essa padronização só é possível, quando o produtor entende seu papel estratégico. **“O desafio começa na floresta”**, afirmou. Para ela, a “escala amazônica” precisa ser horizontal, comunitária e paciente, respeitando o tempo da floresta.

Já a diretora de Planejamento Estratégico da GBR Componentes, Rebecca Garcia, trouxe o contraponto industrial. Ela apontou que o Brasil ainda carece de um planejamento estratégico robusto, capaz de transformar potencial em escala e competitividade. Segundo ela, não é possível falar em indústria amazônica sem enfrentar desafios estruturais como regularização fundiária, acesso ao crédito, qualidade de insumos e capacidade de produção.



Nenhum investidor aplica recursos sem perspectiva de retorno”, afirmou, reforçando que a Amazônia precisa de estrutura, coordenação estatal e visão de longo prazo para ocupar mercados globalmente.

Do Vale do Acará, no Pará, Gilberto Nobumasa, fundador da Fortparaoil, trouxe um retrato contundente sobre o território: regiões ricas em biodiversidade convivem com baixa infraestrutura e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele destacou que muitos produtos de alto valor, como cupuaçu, andiroba e outras sementes, são desperdiçados por falta de processamento. Sua trajetória mostra como a transferência de tecnologia pode mudar esse cenário, permitindo que pequenos agricultores saiam da dependência de commodities de baixa renda. **“A floresta dá. Falta transformar”**, sintetizou, ressaltando que a mudança exige proximidade com comunidades, valorização de saberes locais e modelos de negócio de longo prazo.



Encerrando o painel, a presidente da Associação dos Produtores Agroextrativista da Colônia do Sardinha (Aspacs), Kelly Ferreira, ressaltou o papel decisivo das associações e do trabalho coletivo na construção de valor. Ela destacou que capacitação, gestão e organização são essenciais para que produtos amazônicos cheguem ao mercado com qualidade.

Kelly também reforçou que o produtor extrativista precisa ser valorizado desde o início da cadeia e não apenas no final, defendendo o fortalecimento da base produtiva como condição para qualquer avanço real.



Um ponto forte de sua fala foi a necessidade de geração de renda contínua e de atração de jovens para as cadeias produtivas, tanto por segurança quanto por futuro territorial.

No painel, que teve a mediação de Paulo Simonetti do Idesam, as quatro vozes convergiram para uma visão comum: o desenvolvimento amazônico só será possível quando saberes tradicionais forem integrados a inovação industrial, quando território e ciência caminharem juntos, e quando associações, indústria e comunidades, deixarem de operar de forma isolada. O futuro da Amazônia depende de modelos, que respeitem a floresta, agreguem valor e gerem desenvolvimento real, distribuído e sustentável.





PAINEL 4

SE A BIOECONOMIA É O CAMINHO, POR QUE ELA AINDA TROPEÇA?



Painelistas destacam que o futuro da bioeconomia já existe, mas há uma falha na tentativa de "moldes", para os quais não foi desenhada

A pergunta apareceu no palco, mas a resposta estava sentada nele: cinco profissionais que vivem realidades distintas, mas que carregam o mesmo incômodo — o futuro da bioeconomia já existe, mas continua esbarrando em estruturas que não foram feitas para ela. O tropeço não está na floresta, nem nas comunidades, nem no talento dos empreendedores. O tropeço está no sistema que insiste em enquadrar a Amazônia em lógicas que não combinam com o seu tempo, sua escala e sua inteligência própria.

Cada participante, vindo de um ponto diferente dessa vasta teia amazônica, tocou essa questão por um ângulo. E, somadas, suas falas revelaram um denominador comum: **a bioeconomia falha, quando tenta ser colocada em moldes, que não foram desenhados para ela — e avança quando cria seus próprios modelos.**

1

Tainah Fagundes, Da Tribu, destaca que o mercado, especialmente no ambiente digital, ainda não reconhece o valor real dos produtos da floresta.

2

Gerente da Rede Origens Brasil no Imaflora, **Luiz Brasi**, destaca que os protocolos bioculturais orientam relações responsáveis e que respeitar o tempo das comunidades é avançar do jeito certo.

3

Marcelo Salazar, fundador da Mazô Maná, destacou que a bioeconomia só se sustenta quando começa pela escuta ativa do território e pela construção de parcerias baseadas em troca e respeito.



A cofundadora da marca Da Tribu, Tainah Fagundes, abriu a conversa com a franqueza típica de quem está no front: o mercado ainda não entende o valor real dos produtos da floresta. E no ambiente digital — onde as compras são rápidas e guiadas por algoritmos — essa incompreensão se amplia.

A floresta entrega singularidade; a lógica do e-commerce exige padronização. A floresta entrega tempo de relação; o marketplace exige velocidade.

É nesse descompasso que a bioeconomia tropeça: quando tenta performar como se fosse apenas mais um nicho de consumo. A gerente de Sustentabilidade do Mercado Livre, Laura Mota, trouxe a outra metade desse dilema: negócios da floresta precisam ser vistos, compreendidos e acompanhados — e a inserção digital, sozinha, não dá conta disso.



Sem curadoria, sem contexto e sem suporte, os produtores não competem — desaparecem”, destaca.

O fundador da Mazô Maná, Marcelo Salazar, levou o debate para onde ele precisa estar: a base. Para ele, a bioeconomia avança, quando começa pelo óbvio — ouvindo o território antes de qualquer planilha de mercado.

Mas essa escuta não é romantizada, nem passiva. É uma troca: o território oferece entendimento da floresta; quem chega oferece instrumentos, tecnologia, mercado, salvaguardas. Quando isso funciona, a bioeconomia anda. Quando um lado tenta se impor ao outro, ela tropeça novamente.

Os painelistas defenderam que a bioeconomia só funciona quando parte da escuta do território, do respeito ao tempo das comunidades e da construção de modelos próprios, com curadoria, suporte e regras definidas pelos próprios povos.

Já o gerente da Rede Origens Brasil no Imaflora, Luiz Brasi, trouxe o elemento mais revolucionário — e menos compreendido — da última década: os protocolos bioculturais. São documentos criados pelas próprias comunidades, estabelecendo como querem se relacionar com empresas, pesquisadores e investidores.

Para Brasi, quem quer trabalhar com seriedade precisa buscar comunidades que têm protocolos — e seguir esses protocolos. Outro ponto essencial que ele trouxe:



Respeitar o tempo das comunidades não é ir devagar. Muitas querem acelerar — mas querem acelerar do jeito certo”, destaca.



No fim, o painel deixou claro que a bioeconomia não tropeça por falta de potencial — ela tropeça, quando tentam moldá-la a partir de fora.

“É preciso destravar pilotos e validar soluções”

Inovação na Amazônia não pode ser tímida e deve ser orientada pelas próprias comunidades



Neste mesmo painel sobre bioeconomia, Nick Oakes, co-fundador de Impact Earth, trouxe uma síntese poderosa sobre o futuro da economia amazônica: não basta falar em bioeconomia — é preciso destravar inovação real sobre os ativos ambientais e criar mecanismos que reduzam riscos para investidores e comunidades.

“Falamos muito em bioeconomia, mas pouco sobre como inovar em cima dos ativos ambientais. O carbono diversifica receitas, reduz risco e evita desalinhamento entre investidores e comunidades”,

explicou. Ele reforça que a Amazônia já possui uma riqueza incomparável de ativos: biodiversidade, conhecimento tradicional, serviços ecossistêmicos e cadeias produtivas capazes de gerar impacto econômico, enquanto fortalecem modos de vida.

Para ele, a grande virada não virá apenas de novos modelos financeiros, mas da capacidade de experimentar e aprender rápido com esses experimentos. É esse movimento — de destravar pilotos, validar soluções em campo e criar novos padrões de governança — que pode transformar o potencial da região em escala real de desenvolvimento.

Nick insistiu que a inovação amazônica não pode ser tímida: ela precisa ser viva, experimental e orientada pelas próprias comunidades.

“

O que falta é testar mais, repetir, errar — inovar com coragem e sempre com escuta ativa das comunidades”, conclui.

Além disso, o painel foi moderado por Júlia Moutinho, consultora da iniciativa Amazônia+10, com vasta experiência em desenvolvimento sustentável.



PAINEL 5

O QUE FUNCIONA QUANDO O TERRITÓRIO LIDERA



Histórias reais mostram como conhecimento, redes e raízes transformam a bioeconomia amazônica

A autonomia econômica da Amazônia não nasce de fora. Ela brota do território, da força das comunidades, da inteligência coletiva e da capacidade de transformar a floresta em oportunidades sem romper seus limites. No painel **“O que está funcionando? Caminhos reais para a autonomia econômica”**, quatro trajetórias - Amiraldo Picanço, Izete Costa, também conhecida como dona Nena, Ilana Minev e Mauro Costa - mostraram, na prática, que desenvolvimento real só acontece quando floresta, pessoas e negócios caminham juntos.



Cooperativa Amazonbai

Amazonbai cresceu de 37 cooperados para atuação em três municípios e iniciou projeto-piloto em território indígena, a pedido da própria comunidade.



Educação

A Bemol investe atualmente em cerca de 30 startups amazônicas, adotando um modelo baseado em confiança, transparência e múltiplos capitais.



Novos Mercados

A Natura mantém há 25 anos um modelo baseado na sociobiodiversidade, com 51 comunidades fornecedoras e impacto direto em mais de 12 mil famílias.



A experiência de Amiraldo Picanço, presidente da Cooperativa Amazonbai, evidencia isso. Filho de agricultores, doutorando em Políticas Públicas e liderança do Bailique, um distrito do município de Macapá (AP), ele aprendeu que depender de decisões externas significa abrir mão do futuro. A Amazonbai, que começou com 37 sócios, hoje atua em três municípios e inicia um projeto-piloto em território indígena, a pedido da própria comunidade. Mesmo enfrentando erosão, salinização, seca extrema e queda histórica na produção do açaí, a cooperativa avança com certificações, reorganização produtiva e retomada da assistência técnica graças à articulação local.

Ao oferecer voadeira, combustível e estrutura para o estado retomar o atendimento no Bailique, a Amazonbai reativou o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e recuperou a cadeia do açaí. A aposta em tecnologia, como drones para inventário florestal, e em educação garantiu que 47 jovens ingressassem na universidade. Diante do aumento do frete e de safras ruins, a cooperativa busca novos mercados, especialmente na China e Índia.



Quem vive aqui não é coitadinho. Somos resistentes, fortes e queremos qualidade de vida”, resume Amiraldo.

No painel, Izete Costa, a dona Nena, fundadora da Filha do Combu, reforçou que a autonomia também depende de autoestima. Ela recorda como, ainda criança, não conseguia multiplicar uvas e maçãs na escola, e como isso simbolizava uma educação desconectada da realidade da floresta. Sua resposta foi criar, com as próprias mãos, um modelo de valor agregado construído dentro da comunidade.



A Filha do Combu estruturou uma rota de turismo sustentável e organizou uma rede comunitária de negócios, com produção de chocolate, cosméticos, joias, trilhas e hospedagem. O território conquistou certificações internacionais e implantou soluções como captação de água da chuva e acesso ao programa “Água para Todos”.



Dona Nena transformou sua casa em porta de entrada para o turismo no Combu, estruturou uma rota sustentável, profissionalizou sua produção de chocolate e reuniu empreendedores locais em uma rede que hoje inclui trilhas, joias, gastronomia e hospedagens. Com apoio de instituições, o território conquistou certificações internacionais e fortaleceu uma cadeia que vai da produção de andiroba à fabricação de sabonetes e pomadas.

Ela lembra que autonomia também depende de políticas básicas. Sem água tratada, energia estável e assistência continuada, o produtor perde condições de permanecer no campo. Mesmo assim, abriu caminhos: captou água da chuva, trouxe sistemas do programa “Água para Todos” e estruturou uma rede de negócios que garante renda e preserva a floresta.



“O produtor não quer ser apenas repassador de matéria-prima. Ele quer viver do que sabe fazer”, afirmou.



Capital que chega com confiança, rede e perspectiva territorial



Ilana Minev

Do lado do investimento privado, Ilana Minev, presidente do Conselho da Bemol, mostrou que autonomia exige capital que respeita a lógica da Amazônia. A empresa, que investe em cerca de 30 startups da região, trabalha com quatro capitais: financeiro, intelectual, relacional e humano, além de manter como princípio a confiança nas relações com os empreendedores. **“Perguntamos sempre o que está dando errado. Não existe parceria verdadeira sem transparência”**, destacou.

Em uma iniciativa comunitária, Ilana relatou que poucas empreendedoras estavam preparadas para acompanhar o avanço do turismo. A resposta veio de dentro da própria comunidade, com o surgimento do “Teçume”, programa liderado por 10 mulheres que passaram por mentoria, formação em inteligência artificial, educação financeira e desenvolvimento de negócios. O resultado foi uma rede fortalecida, troca entre vizinhas e mais mulheres acessando crédito e criando produtos com identidade local.

O painel teve como moderador o empreendedor social Caetano Scannavino, que também é coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria e membro da coordenação do Observatório do Clima.

Caminhos para uma economia regenerativa



Mauro Costa

Encerrando o painel, o gerente sênior de relacionamento e abastecimento da sociobiodiversidade da Natura, Mauro Costa, reforçou que autonomia também se sustenta com relações de longo prazo. Há 25 anos, a empresa decidiu colocar a sociobiodiversidade e o conhecimento tradicional no centro da inovação, decisão que moldou um modelo empresarial com 51 comunidades fornecedoras e mais de 12 mil famílias envolvidas. Com repartição de benefícios, comércio ético e mecanismos financeiros como o “Amazônia Viva”, que combina crédito e investimento estruturante, a Natura criou um ciclo produtivo que fortalece a floresta e garante renda constante.



A meta da empresa para 2050 é ser 100% regenerativa, o que significa entregar áreas manejadas em melhores condições, ampliar renda das comunidades e consolidar a floresta como base do negócio.

“**É negócio, mas é negócio com responsabilidade**”, enfatizou Mauro.

As quatro trajetórias levam ao mesmo lugar: **autonomia nasce quando o território conduz o processo**. Quando saberes locais, tecnologia, capital e políticas públicas se articulam a partir da floresta, emergem modelos que geram renda, fortalecem comunidades e mantêm a natureza em pé. É desse encontro, liderado por quem vive a Amazônia, que surge uma economia capaz de prosperar de forma verdadeira e sustentável.

“**Só assim os recursos farão sentido a quem vive da floresta, e só assim o impacto socioambiental deixa de ser discurso para virar prática**”, completa.

Encerrando o painel, o gerente sênior de relacionamento e abastecimento da sociobiodiversidade da Natura, Mauro Costa, reforçou que autonomia também se sustenta com relações de longo prazo. Há 25 anos, a empresa decidiu colocar a sociobiodiversidade e o conhecimento tradicional no centro da inovação, decisão que moldou um modelo empresarial com 51 comunidades fornecedoras e mais de 12 mil famílias envolvidas. Com repartição de benefícios, comércio ético e mecanismos financeiros como o “Amazônia Viva”, que combina crédito e investimento estruturante, a Natura criou um ciclo produtivo que fortalece a floresta e garante renda constante.





RODA DE CONVERSA A

COMO CRESCER SEM ATROPELAR CULTURAS?



Em uma grande troca de saberes, painelistas destacaram que desenvolvimento econômico deve começar pelas pessoas que vivem a floresta, com valorização e conhecimento real

“A Amazônia não precisa que inventem um futuro para ela — esse futuro já existe em quem vive da floresta”.

A frase do presidente da Associação Rede Terra do Meio, Francisco de Assis, emergiu no momento mais simbólico da Roda de Conversa A com o tema “**Negócios no ritmo da floresta: como crescer sem atropelar culturas?**”.

Provocado sobre escalabilidade e desenvolvimento econômico, Francisco devolveu uma verdade simples e profunda:

“

A floresta já tem seus próprios caminhos — criados e mantidos há séculos por povos, que sabem produzir sem destruir.

Sua fala virou o eixo moral da discussão e sintetizou o recado do painel: o futuro da Amazônia já existe, mas ainda não é reconhecido, valorizado e financiado como deve ser.

A Roda de Conversa reuniu diferentes vozes: extrativistas, lideranças quilombolas, articuladores de cadeias da sociobiodiversidade, especialistas em finanças e organizações da sociedade civil — para enfrentar uma pergunta que define toda a bioeconomia amazônica: como crescer sem atropelar culturas?





Além de Francisco, participaram também: Valcléia Lima, superintendente-geral-adjunta da FAS; Zeno Gemaque, gestor de operação e vendas da Zeno Nativo; Joana Oliveira de Oliveira, gerente e secretária-executiva da Rede Pan-Americana; Flávia Bedicks, policy lead ESG no CDP; Savio Gomes, da ONG Pacto das Águas; Fernanda Pessoa, head de gestão de filantropia na Sitawi e Pedro Frizo, diretor de operações da Conexsus, que foi o moderador da roda de conversa.

A resposta construída coletivamente foi clara: o verdadeiro desenvolvimento amazônico começa pelas pessoas que vivem nas florestas e rios, conhecem seus ciclos e carregam para o futuro modos de vida transmitidos por gerações. Não basta falar em bioeconomia, é preciso rever a lógica do dinheiro, da escala e das métricas, que orientam decisões sobre o território.

O gestor de operação e vendas da Zeno Nativo, Zeno Gemaque, empreendimento localizado no município de Acará (PA), lembrou que não existe negócio sustentável, se quem mora no território não participa das decisões.

Já a superintendente-geral-adjunta da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Valcléia Lima, reforçou que impacto socioambiental só existe com escuta ativa. Francisco aprofundou o debate ao desmontar o estigma que por décadas rotulou povos da floresta como “preguiçosos”. Seu lembrete:



Sem ela, nós não vivemos” deixou claro que **conservar não é romantização: é sobrevivência. É economia, cultura e futuro.**

Protagonismo dos povos da floresta

O desenvolvimento amazônico deve partir de quem vive no território, valorizando saberes tradicionais e modos de vida já existentes.

Mudança na lógica do dinheiro e da escala

Crescer sem destruir exige crédito, métricas e investimentos alinhados ao tempo da floresta e à participação comunitária.

Renda, justiça e futuro das cadeias produtivas

O debate alertou para a baixa remuneração, o risco geracional e a necessidade de fortalecer cadeias locais, com destaque para o papel das mulheres e dos jovens.



Outras falas de impacto foram do articulador das cadeias da sociobiodiversidade no Pacto das Águas, Sávio Gomes. Ele mostrou que o valor produzido pela floresta historicamente não chegava ao bolso de quem a mantém viva. Reforçou ainda três aprendizados essenciais: **“O manejo tradicional funciona; cada território precisa de um modelo próprio; e as mulheres são motor de qualidade, continuidade e visão de futuro”.**



Sávio Gomes

Na parte técnica, a representante da Policy Lead ESG do Carbon Disclosure Project (CDP), Flávia Bedicks, reforçou a necessidade de transparência. **“A gente precisa de mais informações por parte das empresas, que estão atuando no ecossistema. Precisamos de informações para alavancar as finanças sustentáveis, para ter certeza de que o apoio financeiro está indo para o lugar certo. A gente entende que há territórios prioritários”.**

A Head de Gestão de Filantropia na Sitawi, Fernanda Pessoa, complementou mostrando que o crédito só funciona, quando respeita o calendário da floresta — não o calendário do investidor. Filantropia e capital de impacto precisam assumir risco para comunidades, assim como assumem para startups em qualquer parte do mundo.



As perguntas finais do público trouxeram temas urgentes: juventude, sucessão rural e a necessidade de infraestrutura digna. Atualmente, na maioria das cadeias produtivas, Hoje, em cadeias como a borracha, apenas 1% dos extrativistas são jovens. O risco geracional é real e pode comprometer cadeias inteiras.

O painel foi moderado por Pedro Frizo, do Conexsus, que abriu espaço para perguntas do público direcionadas aos painelistas e também destacou seu entusiasmo com o Fiinsa. **“Como crescer sem atropelar culturas foi um tema muito instigante para mim. É um tema que se debate bastante e tem os negócios comunitários como uma estratégia de conservação”**, finalizou.



RODA DE CONVERSA B

JUVENTUDE E A ECONOMIA DA AMAZÔNIA



Dentre pontos de discussão, painel trouxe as perspectivas dos jovens em territórios

Para as discussões sobre a nova geração e o futuro da Amazônia na Roda de Conversa B **“E quem fica? Juventude e o futuro das economias amazônicas”** estiveram presentes: Eliza dos Santos Amorim, do Movimento Refloresta; Eli Minev Benzecry, jovem transformador Ashoka; Danielle Amaral, fundadora da Tekohá cosméticos regenerativos; Lorena Jezini, diretora-executiva na Oca Amazônia; João Piedrafita, cofundador da Água Camelo e Letícia Helena Leal, engenheira de produção e MSc em Ciência de Dados.

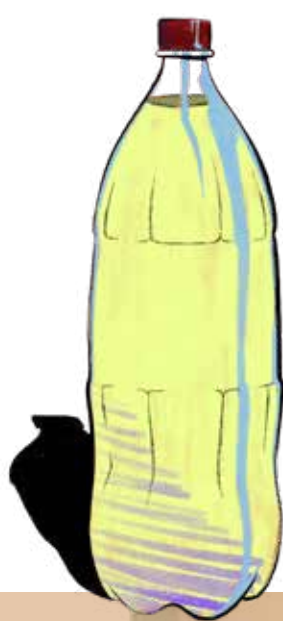
A roda discutiu sobre como a juventude amazônica enxerga as novas economias, da floresta, bioeconomia ao universo digital e tecnológico. Um dos pontos altos foi a presença e continuidade de jovens em seus territórios de origens, sobre o que os segura, a realidade local e o desenvolvimento de políticas que criem perspectivas reais, para que sejam protagonistas do futuro local.





RODA DE CONVERSA C

QUANDO A AMAZÔNIA DEIXARÁ DE SER PROMESSA?



Painelistas destacam pontos cegos da economia local e futuro da região

A Roda de Conversa C, que abordou a temática **“Pontos cegos da nova economia da Amazônia: em que não estamos prestando a atenção?”**, começou com uma provocação simples e incômoda: se a Amazônia já produz riqueza, inovação e cultura todos os dias, por que seguimos tratando sua economia como promessa e não como realidade? A pergunta guiou a conversa e expôs aquilo que raramente entra nos planos de desenvolvimento — os pontos que ninguém olha, mas que determinam o futuro da região.

Logo de início, ficou claro que “bioeconomia” virou uma palavra guarda-chuva que esconde mais do que revela. Há a bioeconomia da floresta, a das universidades, a das commodities, a dos povos indígenas, a da cultura, e, agora, como lembrou o sócio da ForestiFi e Navegam, Macaulay Abreu. Segundo ele, a bioeconomia digital traz transparência e escala para cadeias produtivas antes completamente dispersas. Quando se insiste em tratar tudo isso como uma coisa só, o resultado é o mesmo: políticas desalinhadas, investimentos equivocados e gente ficando de fora.

Outro ponto cego exposto sem rodeios: **não há nova economia sem serviços compartilhados**. Logística, conectividade, energia, formação técnica — a lista é longa e continua fora do radar dos grandes debates.



Foi o coordenador do Museu Paiter a Soe, Luiz Surui, de Rondônia, quem trouxe um incômodo essencial: **prosperidade na Amazônia não cabe no PIB**. Considerado o primeiro museu da Amazônia em uma terra indígena, segundo ele, não é um produto exótico para o visitante ver. É um ato de resistência, de memória e de autonomia econômica.

É a prova de que existe um Brasil que prospera fora das planilhas, mas que mesmo assim movimenta territórios inteiros. O mesmo vale para o que a empreendedora cultural no Instituto Regatão, Marlena Soares, apresentou: arte e cultura como motor econômico e como guarda de identidades. Festivais, culinária, danças, narrativas — tudo isso gera renda e protege territórios, mesmo quando o estado não enxerga.



Luiz Surui

Marlena Soares

O desafio do investimento

No campo dos investimentos, o diretor-executivo do Centro de Empreendedorismo da Amazônia, Raphael Medeiros, apontou outro ponto cego: o Brasil ainda não sabe investir na Amazônia. “E assim como a gente desenvolve empreendedores, precisamos nos esforçar para desenvolver investidores para os diferentes ‘pés’, para os diferentes ‘sapatos’”. Eu acho que é válido a gente gastar para convencer”, destacou.

Métricas inadequadas

Já a especialista Setorial Amazônia no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ellen Accioli, encerrou a troca de saberes na Roda de Conversa lembrando que o setor financeiro segue olhando o bioma amazônico com “lentes” que não combinam com o território. Métricas de retorno, avaliações de risco e critérios tradicionais simplesmente não capturam o que a sociobioeconomia entrega. Sem novos indicadores, seguimos comparando coisas incomparáveis.

Por fim, o debate deixou uma constatação que atravessou todas as falas:

a Amazônia não precisa que inventem uma nova economia para ela — precisa que enxerguem a que já existe.

Quem participou da conversa e atuou como moderadora foi Ana Cláudia Cunha, cofundadora da Rede Amazônidas pelo Clima (RAC) e Casa Amazônia NY.



Inteligência artificial para acelerar a bioeconomia amazônica

Luciana Minev, da Singulari, destaca potencial da região aliado à tecnologia como oportunidade de ouro para empreendedores

“

A inteligência artificial pode ser a maior oportunidade de prosperidade da Amazônia desde a chegada da internet — e ainda assim continua sendo subutilizada”.

A frase da CEO da Singulari, Luciana Minev, abre uma discussão direta sobre o que realmente falta para a bioeconomia amazônica ganhar escala: tecnologia aplicada à realidade da floresta.

Luciana fechou a Roda de Conversa C, que discutiu “os pontos cegos da Amazônia”, e destacou que a Inteligência Artificial (IA) já poderia estar impulsionando desde processos de rastreabilidade até a previsão de safras, além de qualificar análises socioambientais que hoje ainda dependem de métodos manuais, caros e lentos.



Luciana Minev

Para ela, enquanto a Amazônia não dominar o uso dessa tecnologia, continuará operando abaixo do seu potencial — mesmo sendo uma das regiões mais estratégicas do planeta para inovação de impacto.



Daniel Contrucci

A provocação encontrou eco na fala de Daniel Contrucci, diretor-executivo da Climate Ventures, que trouxe um dado curioso: 95% dos negócios da sociobiodiversidade ainda dependem de capital filantrópico a fundo perdido.

Segundo ele, existe um ecossistema vibrante de iniciativas amazônicas pronto para crescer, mas que não avança justamente, porque não tem acesso ao tipo de financiamento que permite profissionalização, tecnologia e escala.

Daniel lembrou que, enquanto startups de outras regiões recebem investimento para testar, errar e acelerar, muitos empreendedores da Amazônia continuam presos ao ciclo de editais, doações e pequenos apoios — o que limita impacto e impede que negócios promissores se consolidem.

O debate deixou uma síntese evidente: a Amazônia tem mercado, tem conhecimento tradicional, tem biodiversidade — mas falta tecnologia e investimento de risco capazes de destravar o salto que a bioeconomia precisa.



ENTREVISTA EXCLUSIVA: MÁRCIA SOARES - FUNDO VALE

QUANDO A FILANTROPIA PASSA A ESTRUTURAR MERCADOS



“Não existe um modelo único para a Amazônia, existem realidades diversas que exigem arranjos customizados”, diz Márcia Soares.

A gerente de Amazônia e Parcerias do Fundo Vale, Márcia Soares, trouxe ao Fiinsa um diagnóstico claro: a filantropia sozinha não transforma a Amazônia, mas é ela quem abre caminhos, assume riscos e destrava o capital de impacto que pode acelerar uma nova economia para o território.

No primeiro painel do festival, com a temática “Capital que alavanca impacto: como garantir resultados reais?”, Márcia detalhou a evolução institucional do Fundo Vale e o papel estratégico que o capital flexível exerce na construção de modelos econômicos alinhados à floresta em pé. O Fundo Vale nasceu do entendimento de que o compromisso da empresa com a Amazônia precisava ir além da operação industrial e alcançar o bioma como um todo.



A economia é o que pressiona a floresta e o uso do território, por isso era preciso atuar na construção de uma economia sustentável”, explicou Márcia.

A partir dessa percepção, o fundo deixou de apoiar apenas iniciativas filantrópicas tradicionais e passou a experimentar mecanismos híbridos, arranjos financeiros e instrumentos capazes de impulsionar negócios sustentáveis, restauração florestal e impacto socioambiental.



Márcia destacou que o capital filantrópico, embora limitado em volume, tem um papel que nenhum outro ocupa: ele pode testar, assumir riscos e atrair outros investidores. **“Nosso capital é flexível, sem expectativa de retorno financeiro e, por isso, pode reduzir o risco para que o capital de mercado entre”**, afirmou.

Essa lógica tem sido aplicada em modelos como o capital semente para negócios agroflorestais, garantias financeiras para destravar crédito, mecanismos *blended finance*, combinando investimento e assistência técnica e arranjos com acesso garantido ao mercado.

01	02	03
Belterra	Asproc (Carauari)	Manioca
Acesso a recursos do BNDES com capital do Fundo Vale usado como garantia.	Evolução de demandas básicas para escala e acesso ao mercado.	Saiu da aceleração para atrair investidores e ampliar presença comercial.

Segundo Márcia, os resultados dessa estratégia já podem ser percebidos em casos concretos. Um exemplo é da Belterra, que conseguiu acessar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), utilizando o capital do Fundo Vale como garantia, demonstrando como a filantropia pode reduzir riscos e atrair financiadores tradicionais.



Outro caso é o da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), que atua na organização e comercialização da produção rural de comunidades agroextrativistas da região amazônica, que evoluiu de demandas básicas de infraestrutura para desafios de escala e acesso ao mercado. Já a Manioca, que começou sua trajetória em programas de aceleração, hoje atrai investidores, amplia sua presença comercial e simboliza a maturação de negócios de impacto que valorizam a sociobiodiversidade amazônica.



Apesar desses avanços, Márcia ressalta que a consolidação da bioeconomia na região ainda encontra obstáculos significativos. Entre eles, estão o acesso limitado a mercados e a necessidade de desenvolver uma cultura de consumo de produtos da floresta, além da logística complexa e de alto custo, típica da Amazônia.

Somam-se a isso dificuldades relacionadas à gestão e organização de negócios comunitários, a inadequação de modelos financeiros tradicionais ao contexto amazônico e a necessidade permanente de assistência técnica contínua para que esses empreendimentos se fortaleçam e alcancem sustentabilidade econômica.

Por isso, ela reforça que não existe um modelo único.



Não é um formato pronto da ‘Faria Lima’ que vai funcionar na Amazônia. São necessários instrumentos customizados para cada realidade, cada fase, cada tipo de negócio”, concluiu.

Um dos arranjos mais bem-sucedidos citados foi o programa “Amazônia Viva”, em parceria com a Natura, que combina apoio técnico, crédito e compra garantida, resultando em inadimplência zero.

Fiinsa como virada de chave do ecossistema



Para Márcia, o Fiinsa simboliza um ponto de maturidade. **“Aqui é onde conseguimos discutir profundamente, ouvir diferentes vozes e entender o que está acontecendo no território, nos investimentos e no empreendedorismo”**, afirmou. Ela reforçou que o festival demonstra que o ecossistema de impacto já existe, já está em movimento e já apresenta casos reais, mas precisa continuar crescendo, conectado e fortalecido.



ENTREVISTA EXCLUSIVA: MARCUS BESSA - IMPACT HUB MANAUS,
UM DOS REALIZADORES DO FIINSA

SÃO OS JARAQUIS QUE SUSTENTAM O ECOSSISTEMA



Segundo o cofundador da Impact Hub, quem dá movimento ao território são os pequenos negócios, que resistem onde a floresta pulsa

A força da nova economia amazônica não nasce nos grandes anúncios, nem nas cifras milionárias que chamam atenção de quem olha de fora. Ela se constrói no miúdo, no cotidiano de centenas de iniciativas que surgem, resistem e se reinventam nos lugares onde a floresta pulsa.

Foi essa a leitura que Marcus Bessa, cofundador do Impact Hub Manaus, destacou no Fiinsa COP30, ao abordar sobre a evolução do ecossistema nos últimos anos: a Amazônia cresce de baixo para cima, impulsionada pelos pequenos negócios que, silenciosamente, sustentam tudo o que vem depois. Segundo ele, entender esse movimento é essencial para compreender porquê o Fiinsa se tornou um espaço tão estratégico.

Marcus lembrou que, quando o mapeamento começou em 2018, existiam pouco menos de cem negócios identificados em toda a região. Hoje, são mais de mil, em diferentes estágios de maturidade, recebendo desde tíquetes menores até aportes mais robustos. Esse salto não é um feito isolado. É resultado de uma agenda construída por uma rede ampla e diversa de atores que, mesmo com propostas distintas, compartilham o mesmo propósito: fazer a bioeconomia e os negócios sustentáveis avançarem.

Os Pirarucus

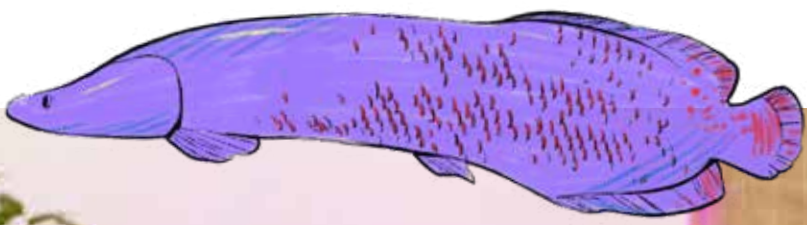
Simbolizam os grandes negócios já maduros, estruturados para receber investimentos elevados e gerar grandes volumes financeiros. Têm importância estratégica, mas não refletem a realidade da maioria do território amazônico, nem são os principais responsáveis pela vitalidade cotidiana da economia local.

Os Jaraquis

Representam os pequenos negócios amazônicos, iniciativas comunitárias, produtores familiares, empreendedores em estágio inicial e negócios baseados em saberes tradicionais. São numerosos, resilientes e estão presentes onde a floresta pulsa. Para Marcus, são eles que dão movimento ao território e sustentam o ecossistema.



Ao longo da conversa, ele reforçou que o ecossistema amazônico não é sustentado apenas pelos negócios maiores, mais maduros, prontos para investimentos milionários — os chamados “pirarucus”, uma referência ao maior peixe de água do doce do mundo, que pode atingir até 4,5 metros de comprimento e pesar 200 quilos. Eles têm importância, claro, mas não representam a vida real da Amazônia.



De acordo com ele, quem dá movimento ao território são os pequenos: iniciativas comunitárias, produtoras familiares, empreendedores iniciais, operadores de saberes tradicionais que atuam em contextos remotos e complexos. Esses são os “jaraquis”, considerados um dos peixes mais consumidos da região amazônica e que tem um tamanho bem menor que um pirarucu. São numerosos, resilientes e fundamentais para manter a floresta produtiva. São eles que fazem o ecossistema avançar, são eles que dão densidade ao futuro da Amazônia.

Foi observando essa base que nasceu o programa de aceleração “Lab de Impacto”, que é executado pelo Impact Hub Manaus e já beneficiou mais de 40 negócios. Marcus Bessa explicou que, historicamente, o capital disponível para a região sempre foi direcionado aos negócios grandes, deixando de fora a maior parte dos empreendedores amazônicos.



Sobrevivência é um indicador central. Por muito tempo, muitos negócios morriam antes mesmo de conseguir apoio, porque não conseguiam esperar ou se estruturar”, explica.

Mas isso vem mudando. A cada edição, mais negócios permanecem vivos, aprendem, se conectam e seguem existindo. Para ele, essa permanência é um dos sinais mais claros de que o ecossistema realmente está amadurecendo.



ENTREVISTA EXCLUSIVA: IRMÃOS MINEV – SAMUEL E ELI

JOVENS PROVAM QUE A AMAZÔNIA NÃO É DISCURSO, É PRÁTICA



Tecnologia e ciência se encontram em dois projetos que fortalecem línguas indígenas, segurança alimentar e consciência sobre o território

Com olhar jovem, formação acadêmica sólida e profundo vínculo com o território, os irmãos Samuel e Eli Minev Benzecry simbolizam uma nova geração amazônida que integra inovação, ciência e responsabilidade socioambiental. Naturais de Manaus e descendentes da quinta geração de uma família judaica que chegou ao Amazonas no ciclo da borracha e cuja trajetória inclui a criação da Bemol há 83 anos, hoje a maior rede varejista da região Norte, eles reforçam que suas iniciativas não são fruto do acaso, mas de uma escolha consciente, de um sentimento de pertencimento e de um compromisso intergeracional com a Amazônia.

Samuel, estudante de Ciência Ambiental e Linguística na Universidade de Stanford, é cocriador do Linklado, um teclado digital que abrange cerca de 40 línguas indígenas e facilita a escrita, publicação e circulação de textos. O aplicativo, gratuito, já articula uma rede de tradutoras e editoras indígenas para democratizar a leitura e reforçar a sustentabilidade linguística de um universo falado por 1,7 milhão de indígenas no Brasil.

Para ele, essa atuação também dialoga com referências familiares. **“Nosso bisavô (Samuel Benchimol in memorian) era um pensador da Amazônia. Crescemos entendendo que viver aqui exige escuta, convivência e compromisso com as pessoas da região”,** declarou.



Samuel ressalta ainda que inovar no território demanda postura.



“A Amazônia é um lugar de ouvir. Os jovens daqui precisam manter conexão com a terra e com quem vive nela há gerações”, disse.

Enquanto isso, seu irmão caçula, Eli, ainda no ensino médio, tornou-se um dos nomes jovens mais promissores da pesquisa científica amazônica. Autor do livro “Amazônia Chibata: Ariá”, ele resgatou um tubérculo tradicional, aprendido com a avó, como solução para segurança alimentar em períodos de seca extrema. O trabalho reintroduziu o alimento em nove municípios do Amazonas, transformou áreas abandonadas em sistemas agroflorestais, analisou valor nutricional, criou hortas comunitárias urbanas e produziu uma edição bilíngue em Ye’pâ-masã e português, com versão em inglês que foi a ser apresentada na Regeneron Isef 2025, na COP30 e em eventos internacionais.



Temos biodiversidade imensa, mas muitas comunidades não conseguem acessar alimentos saudáveis. Para mim, estar na Amazônia é aprender com quem vive o território no dia a dia”, disse.

Os irmãos defendem que o conhecimento da região não cabe apenas em laboratórios e universidades: ele vive nas práticas ribeirinhas, na produção comunitária, nas vivências locais. Por isso, rejeitam visões externas que falam “sobre a Amazônia” sem viver nela. “É desrespeitoso impor modos de vida a um povo que construiu sua história de resistência. As populações da floresta devem ter a palavra final”, resume Samuel.

Mesmo em trajetórias acadêmicas internacionais, ambos reafirmam o retorno ao território como compromisso, não como obrigação. Eli projeta continuidade e diz que o Ariá vai seguir. **“Estamos construindo um sistema interligado, incentivando jovens a estudarem a sociobiodiversidade da Amazônia”,** frisou.

Samuel também mantém a direção definida. “Eu estudo no exterior, mas penso na Amazônia todos os dias. Me formo em junho (de 2026) próximo e sigo para o mestrado, continuando o projeto de preservação linguística e o Linklado”.

No Fiinsa, os dois caminharam lado a lado, um com um teclado que devolve palavra, outro com um tubérculo que devolve alimento. Ambos com a mesma certeza: **a Amazônia não é objeto, é sujeito.** E estar a seu serviço é um ato ético e afetivo. Eli foi um dos palestrantes da Roda de Conversa “E quem fica? Juventude e os futuros das economias amazônicas”, realizada no Fiinsa COP30.



RECURSOS EXISTEM, ACESSO NÃO: O ALERTA SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DA FLORESTA

Tatiana Schor (BID) defende que a bioeconomia só será transformadora, quando o sistema financeiro ouvir os territórios, adequar seus mecanismos e enfrentar a dívida histórica que sufoca organizações de base



Tatiana Schor

A participação da chefe do Grupo de Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Tatiana Schor, no painel 2 do Fiinsa COP30 expôs uma contradição central do ecossistema amazônico: apesar da existência de fundos e programas dedicados ao desenvolvimento da região, os recursos dificilmente alcançam quem realmente sustenta a floresta. Com o tema “Quem senta à mesa: equilibrando forças no ecossistema amazônico”, Schor revela que o problema não é apenas a falta de financiamento, mas a inadequação cultural, técnica e operacional dos mecanismos atuais de crédito.

Tatiana destacou que, ao assumir a missão de fortalecer a atuação do BID na Amazônia, foi preciso transformar a própria instituição por dentro. A criação do programa “Amazônia Sempre” buscou aproximar o banco das realidades territoriais, reconhecendo que trabalhar na região exige mais do que presença institucional: exige sentar à mesa, ouvir lideranças e aprender com seus modos de decisão. Segundo ela, existe uma diferença profunda entre estar presente e estar disposto a escutar.

Essa mudança de postura levou o BID a desenvolver mecanismos inéditos de implementação direta com organizações indígenas. O banco passou a cocriar projetos com lideranças territoriais, respeitando formas próprias de governança, monitoramento e assinatura de contratos. Essa transformação, segundo Tatiana, desafia tradições internas dos bancos multilaterais, que historicamente operam sistemas engessados, distantes das formas de organização das comunidades amazônicas.

Para avançar nesse redesenho do financiamento, ela ressaltou a importância de transformar também os atores financeiros tradicionais. Citou também a parceria com o Banco do Brasil, que criou hubs de bioeconomia no Acre e em Manaus, e o apoio a bancos locais em outros países amazônicos. Essas experiências mostram que a mudança precisa ocorrer tanto no território quanto dentro das instituições que controlam o crédito.



“Não é a falta de recursos que trava a bioeconomia na Amazônia, mas um sistema financeiro que não escuta os territórios e ignora dívidas históricas que ainda sufocam quem mantém a floresta viva.”



Mas o ponto mais contundente de sua fala foi o alerta sobre um obstáculo frequentemente ignorado, a dívida histórica. Tatiana Schor destacou que boa parte das organizações e cadeias produtivas da Amazônia está sufocada por passivos antigos que nunca foram resolvidos. Um exemplo citado por ela foi das cooperativas de castanha no Amazonas. Segundo Tatiana Schor, apesar do mercado ser consolidado, uma dívida originada por má gestão pública impede até hoje o acesso destas cooperativas a novos créditos, fortalecendo intermediários e fragilizando uma das cadeias mais simbólicas e consolidadas da floresta.

“

Eu já passei por várias instituições e nunca consegui resolver, por exemplo, a dívida do setor da castanha no Amazonas, uma dívida originada por má gestão do estado, que endividou as cooperativas de castanha. Nunca conseguimos resolver em nenhum lugar que estive. E não é uma dívida grande”, contou.

Para ela, a conclusão é clara, sem enfrentar esses passivos, sem adaptar instrumentos de crédito à realidade sociocultural da Amazônia e sem valorizar saberes e governanças locais, qualquer esforço de financiamento continuará incompleto. A bioeconomia que o mundo espera depende de instituições capazes de ouvir, aprender e reparar. Somente assim os recursos poderão chegar de fato aos territórios que mantêm a floresta viva.



ZÔMA VAI IMPULSIONAR EMPREENDEDORES DA SOCIOBIOECONOMIA AMAZÔNICA



Com foco em pesquisadores e comunidades, a geradora de negócios Zôma vai transformar potencial em negócios reais

A Amazônia ganhou, durante o Fiinsa COP30, uma nova peça estratégica para apoiar negócios, que geram renda sustentável para quem vive nas florestas e rios amazônicos. O Idesam lançou **a Zôma**, geradora de negócios voltada a empreendedores comunitários, pesquisadores e iniciativas tecnológicas que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade. A proposta é preencher uma lacuna histórica entre boas ideias, tecnologias emergentes, produção local e as demandas reais do mercado, criando pontes que hoje ainda são frágeis ou inexistentes.

A iniciativa nasce da constatação de que, sem apoio estruturante, grande parte dos negócios amazônicos não avança. Surge também de uma certeza compartilhada entre os especialistas do Idesam: é preciso começar pela base, fortalecendo desde a visão empreendedora até os processos de produção, gestão, formalização, validação de protótipos e acesso a mercados. Para Kaline Rossi, analista do Idesam, não existe prosperidade possível, se o território não estiver estruturado e fortalecido. **“Quando pensamos em prosperidade no território, precisamos considerar que ela só é possível quando o próprio território está alinhado, com estrutura e condições para operar a partir do lugar onde está localizado”**, afirma.

Ela destaca que os negócios comunitários, associações, cooperativas, pequenos empreendimentos familiares, enfrentam desafios que começam muito antes da venda. Entre eles, formalização, gestão, acesso a políticas públicas, organização financeira e compreensão sobre mercados.



“Muitos grupos querem fortalecer suas cadeias produtivas, acessar mercados e construir caminhos que parecem simples, mas que são determinantes para prosperar”, explica. É nesse ponto que a Zôma atua, oferecendo serviços integrados e apoio à estruturação dos negócios “para captar recursos, se organizar melhor e conseguir parcerias estratégicas para o território”.

Kaline reforça que a jornada empreendedora na Amazônia exige soluções sob medida.



É muito difícil colocar todo mundo dentro de um único modelo. Cada território tem sua realidade, seu ritmo e sua lógica”, diz.

Por isso, a Zôma nasce com o compromisso de apoiar sem criar dependência. **“Não queremos ser sócios ou tutores. Queremos que os empreendedores cresçam com autonomia”,** frisou.

Para Renato Rebelo, líder da Zôma no Idesam, o desafio não é falta de potencial, é falta de alinhamento entre a expectativa dos investidores e a realidade dos negócios amazônicos. **“Existe um descompasso entre o que os investidores querem e o que os negócios precisam em termos de risco, tempo e apoio não financeiro”,** pontua.

Segundo ele, o Idesam já vinha atuando em três frentes essenciais, apoio a territórios, assistência técnica à produção e suporte a soluções tecnológicas. A Zôma surge como a quarta perna desse ecossistema, criando uma ponte entre a produção comunitária, a ciência e o mercado. **“Queremos trabalhar com quem tem protótipo, tem uma ideia, até um produto, mas ainda não consegue vender direito”,** explica.

Para ele, a aposta é clara, é preciso atuar antes da fase de aceleração tradicional, formando times, organizando processos e oferecendo serviços de gestão, marketing, jurídico e validação tecnológica.

“Nosso papel é trazer a ideia para uma prova de conceito, para os primeiros clientes e depois preparar esses empreendedores para criar seus negócios e suas empresas”, afirma. Ele acrescenta ainda que a atuação inicial estará concentrada em cadeias já consolidadas no bioma: castanha, óleos vegetais, pescados, cacau, restauração ecológica e madeira manejada. São setores com mercado estabelecido e alta demanda por inovação, tecnologia e modelos sustentáveis.

Com início das atividades previsto para janeiro de 2026, a Zôma pretende incubar 10 negócios amazônicos ainda no primeiro semestre, criando um pipeline de empreendimentos preparados para acessar programas de aceleração e investimento.

Empreendedores interessados em participar do processo de seleção já podem se inscrever ***[clikando aqui.](#)***



Apoiar o pesquisador para virar empreendedor

Na perspectiva de Paulo Simonetti, gestor de Inovação Aberta e ESG do Idesam, a Amazônia tem um enorme estoque de pesquisas, protótipos e conhecimentos científicos, que raramente chegam ao mercado. A Zôma quer quebrar esse ciclo.

“O pesquisador que tem uma ideia de negócio, mas não conseguiu avançar ou não soube por onde começar, encontra aqui um ambiente preparado, com orientação adequada”, afirma. E esse apoio envolve desde a validação da tecnologia até a formação empreendedora.



Paulo Simonetti



“O maior desafio, no começo, é a própria pessoa: ela não está preparada, não se sente capaz ou engajada para desenvolver o negócio”, comentou.

Por isso, o trabalho inclui desenvolver o indivíduo e não apenas o projeto. **“Antes era uma frente apoiando a relação com a comunidade e outra apoiando o negócio. Agora vamos juntar tudo no mesmo lugar, no apoio ao mesmo empreendedor, para ele ter a maior chance possível de fazer o negócio acontecer”.**

Simonetti explica que a Zôma realizará estudos de mercado aprofundados para orientar cada pesquisador, reduzindo riscos e aumentando a chance de que a tecnologia chegue a clientes reais. Um dos eixos será o Desafio de Inovação Amazônia, edital internacional que começará em 2026 para identificar pesquisadores amazônicos e internacionais com potencial de desenvolver novos produtos e processos a partir da biodiversidade.



“A jornada vai desde o diagnóstico, passando pela capacitação, pela validação do protótipo, até a conexão com empresas e mercados que podem comprar esse produto”, detalha.



ENTREVISTA EXCLUSIVA: COFUNDADORA DO IMPACT HUB MANAUS E COIDEALIZADORA DO FIINSA

JULIANA TELES



Juliana Teles é cofundadora do Impact Hub Manaus e coidealizadora do Fiinsa. Também integra a turma 2025 da Columbia Women’s Leadership Network (CWLN) e a Fundação Lemann, como participante da “Rede de Líderes”. Juliana dedica seu trabalho a fortalecer negócios de impacto, destravar capital e abrir oportunidades para a Amazônia, com foco tanto em sustentabilidade quanto em justiça social e inovação. Na COP30 reforçou o que já faz com maestria: defendeu a Amazônia como território de inovação, conservação ambiental e empreendimentos sustentáveis. Confira a entrevista dela na íntegra:

Como foi organizar o Fiinsa em Belém? O resultado foi o esperado?

Juliana: Foi uma honra e um reforço daquilo que a gente acredita. Quando a gente pensa no Fiinsa, pensamos nele como um festival para a Amazônia, apesar dele ter acontecido todas as vezes em Manaus (AM). A gente sempre fez um esforço pensando em 'como que a gente trabalha levando os atores que estão presentes na Amazônia e para a Amazônia, no caso, para Manaus'. E, quando a gente decidiu por Belém, talvez a primeira coisa pensada tenha sido: trabalhar com parceiros locais. A gente teve uma equipe potente na capital paraense, que proporcionou tudo o que idealizamos para o evento. Fizemos as conexões certas com os fornecedores locais, os artistas, facilitadores e todo um time potente de produção. Então, acho que reforça aquilo que a gente acredita, enquanto Fiinsa: que é de se despertar mesmo, toda a potencialidade da nossa região, que vai muito além do Amazonas e do Pará. **A gente tenta colocar isso no evento: para que as pessoas consigam ter uma visão maior da Amazônia, que é potente e diversa.**



Explica um pouco sobre a identidade visual do evento e a valorização da mão de obra local.

Juliana: Temos o coordenador da cenografia, o Bolyvar Melo, que também fez parceria com coletivos de artistas. Então, muitas pessoas se envolveram. Teve um abridor de letras (que é tradição no Pará), vários artesãos, teve toda a parte musical também, cultural, feita propriamente por artistas paraenses. Além disso, tivemos o Cinema Fiinsa, produzido por um

parceiro nosso de Manaus, mas que fez o esforço de ter produções audiovisuais de todos os estados da região Norte. Esse é o nosso esforço. Como que a gente representa a Amazônia da forma mais plural possível? É desafiador, porque ela é imensa. Ela é muito diversa. São muitas realidades. Precisa mexer um pouco e ser desconfortável. Se a gente continuar fazendo as coisas do mesmo jeito que em Manaus, a gente não vai mudar nada. Acho que é isso: que o Fiinsa também vem balançar. Geralmente, a gente encontra eventos que são muito nichados. É evento de investidor, é evento de empreendedor para empreendedor, é evento de comunidade, todos têm seu valor. Mas no Fiinsa, a nossa proposta é colocar todo mundo na mesma sala para conversar. **As visões diferentes, elas importam, mas o que nos chama mais atenção é o nosso principal convite: quais são os nossos pontos de encontro. Onde que a gente converge? Morar num Brasil melhor, numa Amazônia mais próspera e mais justa para quem está aqui.** Esse é o ponto de conversão, entre empresas, investidores, terceiro setor, setor público. Enfim, a multidiversidade que acompanha a nossa região é o que a gente tenta trazer aqui.

Quais os debates que tocam mais na ferida dos investidores e empreendedores. O que a gente conseguiria destacar nesta edição?

Juliana: O Fiinsa na COP30 foi um evento a parte do que a gente faz, pois o festival acontece a cada dois anos na capital amazonense. A terceira edição aconteceu ano passado, a quarta edição, no formato que ela acontece, será em 2026 em Manaus. Mas a gente achou muito importante ter essa edição na COP, pois marca os avanços na discussão do que a gente teve de um ano para cá. Essa edição marca também um ponto norteador, de onde a gente quer chegar no próximo ano. Ela é o meio do caminho. A gente, tanto Impact Hub Manaus quanto o Idesam, o nosso olhar é muito especial para os empreendedores, para os negócios de impacto, para as comunidades que geram a partir da floresta, a partir da Amazônia, que não necessariamente precisam ser rurais, mas que geram insumos e uma renda maior para quem vive aqui, gerando como consequência a qualidade de vida.



Isso acaba sendo o fio condutor: o empreendedor ou os negócios de impacto como centro daquilo que a gente está olhando, mas que para eles existirem, para eles crescerem, todo um ecossistema precisa ser trabalhado”.





Tivemos nesta edição o uso da inteligência artificial para auxiliar na criação da Carta Fiinsa, apresentada a lideranças da COP30. Como você espera que ela possa gerar resultados positivos para o ecossistema de impacto socioambiental da Amazônia?

Juliana: O que a gente muitas vezes precisa é de maior conexão, de maior acesso, mais visibilidade e o Fiinsa tem muito dessa missão: de colocar atores relevantes para conversar com atores do ecossistema também. E aí a gente traz a tecnologia como um elemento de reforço, pensando: poxa, a gente também pode olhar para a tecnologia como algo que pode impulsionar o nosso desenvolvimento na região. Trazer a Inteligência Artificial para fazer a carta não é por acaso. É para a gente marcar que também podemos estar falando de bioeconomia, de floresta e estar alinhando isso com inovação, com tecnologia, com disrupção para os imensos desafios que a gente enfrenta. A carta, assim como o Fiinsa, tem ações concretas. Tem muito do debate e a gente sempre pensou no Fiinsa planejando sobre como trabalhar um painel e uma conversa sem crachá. **A gente não convida aqui necessariamente as camisas institucionais. Convidamos as pessoas que estão atuando no ecossistema, porque a gente precisa de conversas francas para falar quais são os problemas e tentar entender quais são as soluções. Não é no campo da teoria, é no campo da prática.** Na carta, eu espero que a gente consiga ter ações concretas para os desafios do ecossistema, de empreendedorismo e inovação social, para aquilo que ainda trava a nossa bioeconomia. Uma de nossas expectativas com a carta é que ela chegue nas mãos de quem senta à mesa, que vai estar nos espaços de debate, que nem todo mundo consegue acessar, para que isso seja uma carta orientadora de quem está fazendo realmente na ponta, de quem está fazendo as coisas acontecerem, mas que muitas vezes não consegue chegar nos espaços, onde há pessoas que deveriam ser escutadas.





ENTREVISTA EXCLUSIVA: CEO DA BEMOL E ENVIADO ESPECIAL DA COP PARA O SETOR PRIVADO NA AMAZÔNIA

DENIS MINEV



Denis Minev é uma das vozes mais influentes da Amazônia, quando o assunto é desenvolvimento, inovação e futuro. Empresário, investidor e articulador incansável do potencial amazônico, ele tem sido peça-chave na defesa de um modelo econômico, que gera renda para o território e protege a floresta e quem vive nela. Ele foi um dos painelistas do Fiinsa COP30 e a sua presença simboliza a união entre visão estratégica, coragem empresarial e compromisso real com a transformação regional. Em Belém, suas propostas ganharam ainda mais relevância. Enquanto o mundo olha para a Amazônia, Denis destaca que não há futuro climático possível sem incluir quem produz, vive e cuida do território. Confira a entrevista na íntegra:

Vamos falar dos avanços com o Fiinsa, do cenário de investimentos de impacto em negócios da floresta. Falta muito para que o mundo enxergue o protagonismo dos empreendedores amazônicos frente às mudanças climáticas?

Denis: O avanço do Fiinsa de 2018 para cá é extraordinário. Existiam poucas oportunidades de investimento naquela época para empreendedores de impacto e esse tipo de empreendedorismo vai ativar cadeias produtivas e mudar realidades. Eu acho que é notável o avanço para 2025. O que eu não tenho certeza é se isso é suficiente para fazer contraponto a “ondas ruins” ligadas à Amazônia por um lado e a uma visão de mundo congelante da Amazônia. Começando



no contraponto com coisas ruins: você continua com garimpo, drogas e grilagem de terra. Esses processos continuam fortes na região. Já a bioeconomia e o empreendedorismo de impacto, eu acredito que eles, apesar de terem crescidos muito, ainda não são capazes de fazer frente. Não é tão grande ainda, crescem numa base pequena. Por outro lado, ele começa a fazer um pouco de diferença na discussão de visão de futuro para a Amazônia. Para muita gente no resto do Brasil e do mundo, o ideal é uma Amazônia silenciosa, uma Amazônia que não dê trabalho, que não dê problema. Muitos no resto do Brasil olham para a Amazônia como um problema. Se desse para parar de mexer na Amazônia, seria bom para essas pessoas. Então, para muitas pessoas, a nossa região precisa ser congelada. Eu combato os dois. Essa visão é equivocada.



Na minha visão, a Amazônia tem um volume de vitalidade, de energia humana monstruosa, mal dimensionada, direcionada num caminho que não é produtivo nem para o Brasil nem para o clima, nem para a economia. Como é que você faz para direcionar essa energia toda? Não é possível conter essa energia, mas é possível direcionar. Acredito que o Fiinsa é um dos caminhos, onde a gente aponta essa energia. Gostaria que o mundo estivesse um pouco mais convencido. Eu acho que aos poucos caminhamos nessa direção.

Fale mais sobre o seu papel na COP30.

Denis: O meu papel é como enviado especial da COP para o setor privado na Amazônia. Dentro desse contexto, ajudo a criar milhares de oportunidades para empreendedores sustentáveis na Amazônia. Como contraponto a essa economia ruim ou a essa visão de que a Amazônia precisa ser congelada. Eu combato os dois. Eu acho que nenhum dos dois nos leva a um futuro desejável na região. Acho que nós caminhamos. Minha dúvida é se a gente caminha o suficiente para fazer frente aos outros problemas.

O que falta para a gente ter essa escalada na região? Isso é papel dos investidores?

Denis: Tem de tudo. A Amazônia é um lugar difícil para se fazer negócio. Temos todo o tipo de problema. Desde uma limitação de capital. E quando tem capital, esse capital tem muitas restrições. Requer garantia ou é capital de curto prazo, ou tem muitas regras para ser acessado, mas também temos um déficit de aprendizado na região. Em muitas partes da Amazônia, por exemplo, nas atividades rurais, a única coisa que se sabe fazer é aquele gado extensivo. **Nós precisamos aprender formas mais sofisticadas e mais produtivas de usar a terra na região.** Mesma coisa em ambientes urbanos, nas cidades. Quais as aptidões das pessoas que moram lá? Que serviços elas são capazes de prestar. Em muitos lugares do mundo você pode morar onde quer que seja e prestar serviços super sofisticados de marketing, design, por exemplo, processamento de dados, ciência de dados, programação. Tem oportunidades imensas, mas que requer um volume muito grande de aprendizado, que na maioria dos casos nós não temos.



Qual mensagem você deixa para os empreendedores que fazem parte do ecossistema de impacto do Fiinsa?

Denis: Persistência e aprendizado. Eu vivo dizendo que aprendizado é o nome do jogo no século XXI. As coisas vão ser mais complexas daqui para frente. As pessoas vão ser mais produtivas. As empresas vão ter que aprender a operar em ambientes mais complexos. Então, por exemplo, aprendizagem em inteligência artificial, mesmo que seu negócio não seja um negócio de inteligência artificial, eu acredito que todo empreendedor vai ter que ter habilidades ligadas à inteligência. O grau de produtividade, que será possível alcançar, vai tornar as empresas mais eficientes em todos os tipos de negócios, mesmo as pequenas. Como é que nós aproveitamos isso? Só com aprendizado. **Não existem soluções grandes para a região que não envolvam uma expansão maciça de aprendizado.**

A COP30 será um divisor de águas para as pessoas na região amazônica?

Denis: Será um acelerador. Acho que vai ter uma consciência um pouco mais profunda. Talvez tenhamos um pouco mais de financiamento, um pouco mais de oportunidades ligadas a carbono. Tudo isso acho que se acelera nesse momento. Mas, assim, após a COP, a vida volta ao normal e devemos voltar ao aprendizado.





“IMPACTO SOCIOAMBIENTAL SÓ EXISTE COM ESCUTA ATIVA”, DIZ VALCLÉIA LIMA

Superintendente-adjunta da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) lembra que políticas públicas e ações de ESG devem trabalhar com as especificidades da região



Valcléia Lima

A afirmação de Valcléia Lima, liderança quilombola e superintendente-adjunta da FAS, ecoou no Fiinsa COP30 como um recado direto às empresas, que afirmam fazer ESG - sigla para ações ambientais, sociais e de governança - mas ainda chegam nos territórios amazônicos com metas prontas, formatos rígidos e agendas, que não conversam com a vida real de quem vive da floresta. Segundo ela, é justamente essa desconexão que inviabiliza qualquer transformação verdadeira.

Valcléia lembrou que empreender e investir na Amazônia é, antes de tudo, compreender a complexidade do território. A floresta abriga uma diversidade econômica e sociocultural imensa, mas falta infraestrutura básica para que esse potencial floresça.



Há comunidades que ainda não têm energia suficiente para beneficiar ou armazenar seus produtos — e como agregar valor a algo que não pode ser processado localmente? Outras enfrentam ausência de internet, o que impede que iniciativas de turismo comunitário possam sequer ser divulgadas. Além disso, a logística continua sendo um gargalo, que atravessa todas as cadeias produtivas”.

Ela reforça que políticas públicas precisam olhar para a Amazônia com a especificidade que ela exige. Enquanto o Plano Safra destina volumes robustos de recursos para commodities, quem realmente alimenta a mesa do país — a agricultura familiar — segue enfrentando barreiras estruturais. Muitos desses produtores vivem em áreas protegidas, onde não são donos da terra e, por isso, têm dificuldade de acessar crédito. Outros nem sequer conseguem se comunicar adequadamente com bancos e instituições, para entender como funcionam financiamentos e empréstimos.



É justamente aí que a fala sobre ESG ganha peso. Valcleia aponta que muitas empresas constroem suas metas sem ouvir os territórios. **“Uma companhia pode chegar determinada a cumprir uma meta de educação, mas a comunidade está enfrentando a seca e sua prioridade urgente é o acesso à água. Sem água não há rotina, não há estabilidade e, sobretudo, não há escola. Quando as prioridades corporativas e as necessidades reais da comunidade não se encontram, o impacto não acontece”**, destaca.

Para Valcléia, o caminho passa por um ajuste de rota simples, mas profundo: ouvir mais, impor menos. Escutar antes de planejar. Entender a urgência local antes de definir a prioridade corporativa.



Só assim os recursos farão sentido a quem vive da floresta — e só assim o impacto socioambiental deixa de ser discurso para virar prática”, completa.

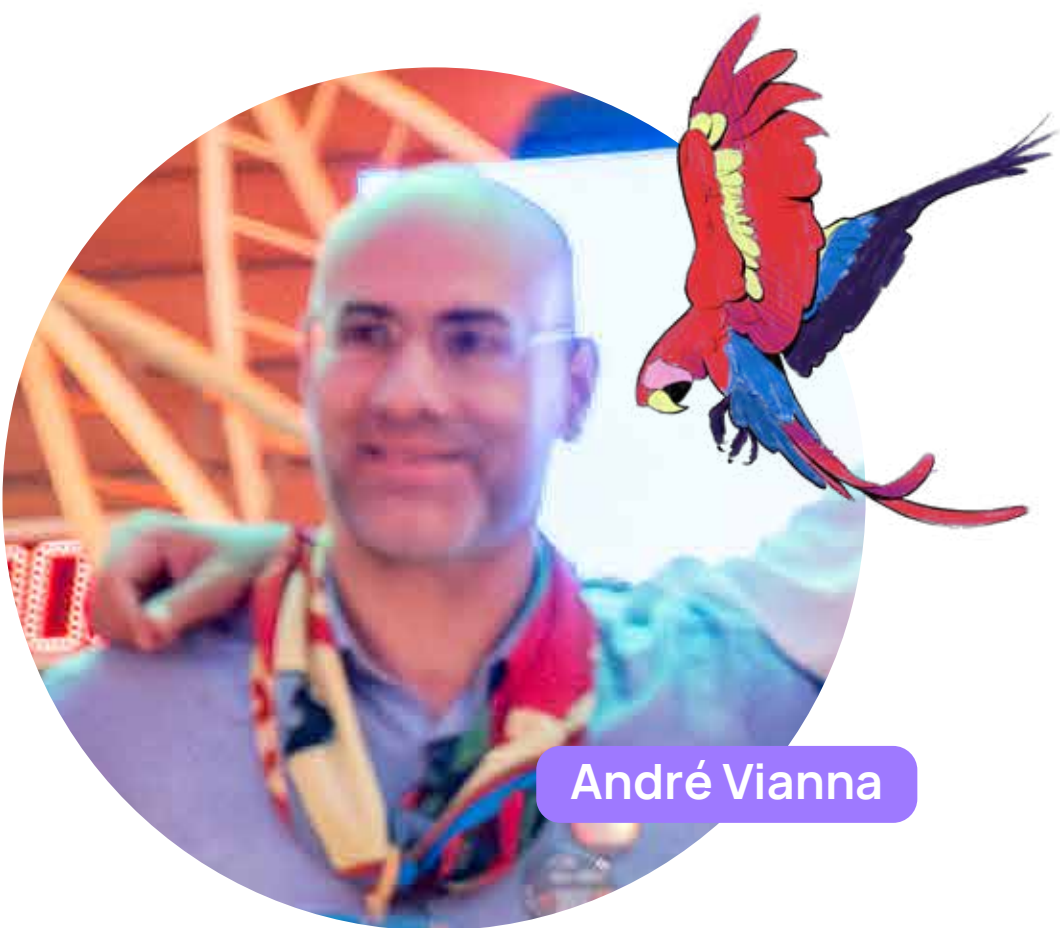




ENTREVISTA EXCLUSIVA: DIRETOR TÉCNICO
NO IDESAM E ORGANIZADOR DO FIINSA

ANDRÉ VIANNA

Um dos organizadores Fiinsa, André Vianna, diretor técnico do Idesam, destaca o crescimento do festival surgido em 2018 e a decisão de levar as discussões a Belém, na COP30.



André Vianna

André, desde 2018, o Fiinsa vem fazendo história. É um festival diferenciado, tem um legado, foi precursor e agora está aqui na COP30. Qual foi a estratégia?

André: A gente entendia que o Fiinsa merecia estar nesse lugar de destaque. E, ao mesmo tempo, a gente também entendia que a Amazônia e outros atores também deveriam estar nessas discussões do Fiinsa, que a gente busca discutir e incluir todo um ecossistema de negócios, de negócios por impacto. E como a gente sempre realiza em Manaus, a gente achou que seria muito interessante e merecedor estar também durante a COP.

Esse planejamento ocorreu durante alguns meses. Foi feito todo um trabalho para a gente estar aqui hoje. Tanto aproveitando oportunidades de destaque como também oportunizando para outras pessoas também estarem com a gente nessas discussões e integrando cada vez mais o ecossistema não só de Manaus, mas também do Pará, e pensando na Amazônia como um todo.

E por que entregar a Carta Fiinsa para os dirigentes da COP?

André:



Nós achamos extremamente necessário demonstrar quais são as necessidades que todo ecossistema de impacto possui. Isso considerando diferentes atores, desde investidores que já entenderam a necessidade que eles têm de adaptar, desde linguagem e modelos, até as comunidades que entendem também que precisam ter uma certa mudança ou melhorias em algumas questões para poderem acessar alguns tipos de mercado.

Existe um conjunto de discussões que estão sendo realizadas durante algum tempo. É fundamental que isso esteja escrito e que a gente leve isso para os tomadores de decisão e torne isso público. Várias questões que a gente tem debatido, que um número grande de pessoas, de instituições, tem acordado e demonstrado que são pontos importantes e necessários para que a gente consiga gerar um desenvolvimento sustentável para toda a região.



ENTREVISTA EXCLUSIVA: DIRETOR DE INOVAÇÃO EM BIOECONOMIA DO IDESAM E COORDENADOR DO PROGRAMA PRIORITÁRIO DE BIOECONOMIA (PPBIO)

CARLOS KOURY



De que forma atores do ecossistema amazônico se conectam? Que esforços juntos podem, de fato, causar impacto e mudanças reais? Carlos Koury, do Idesam, ampliou o debate sobre capital no Fiinsa 2025, lembrando que problemas devem ser discutidos de forma coletiva e com quem, de fato, o vive.

Afinal Carlos, qual o propósito do Fiinsa?

Carlos: Crescer no seu ambiente, crescer a integração, crescer os resultados que gerem impacto social e ambiental e o nome positivo para a floresta. Nós temos, hoje, mais de 400 pessoas participando com diferentes perfis, com diferentes raças, diferentes etnias, diferentes culturas e que precisam sentar juntas para conversar sobre a Amazônia. E esse é o propósito do Fiinsa, se a gente tem conseguido desenvolver essa aproximação e esse crescimento coletivo. O investidor está podendo falar, o empreendedor, o empreendedor comunitário está olhando para a sua floresta, trazendo propostas para cá também, buscando quem pode consumir seu produto e a startup está olhando como agregar um valor de um ativo novo, fazer uma parceira nova, buscar investimento, fazer essa integração. **É essa provocação que o Fiinsa gosta de fazer. Todo mundo, para juntos, discutirmos os problemas de forma real, sobre o que realmente está acontecendo na Amazônia, discutir sobre o porquê os recursos não chegam para quem precisa, como fazer chegar, e quem já está fazendo, como acelerar os seus negócios, como melhorar os seus negócios.**



Nesse contexto de COP, qual seria o sonho ideal dos empreendedores das florestas, para eles realizarem o sonho deles, dentro dessas discussões todas que estão acontecendo aqui?

Carlos: A Amazônia precisa ser vista como uma oportunidade, uma oportunidade de Brasil, uma oportunidade de mundo. Se a gente teve uma espécie bem trabalhada na Amazônia, que foi a borracha, que mudou o mundo, deu viabilidade para a Revolução Industrial, desenvolvemos N cadeias que a gente vive todos os dias, imagina a gente ter 20 espécies bem trabalhadas. Tem que ter 50 espécies bem trabalhadas. Imagina a gente ter 100 espécies bem trabalhadas, dentro da Amazônia, se desenvolvendo. A Amazônia precisa ser vista como uma oportunidade real, para que a partir disso você olhe os problemas efetivos dela e busque como um gado. Com quem está aqui, pensando, desenvolvendo a floresta, compreendendo nessa região, e com as condições normais de um ambiente de desenvolvimento e negócio, que aqui não está disponível. Então, **nosso sonho é viver em um ambiente promotor de desenvolvimento sustentável, a partir de uma nova economia, utilizando de forma inteligente a floresta, com seus ativos, não somente pela floresta.** Para que as pessoas que moram nela, se sabem fazer esse bom uso, tenham as chances de promover essas agendas.





ENTREVISTA EXCLUSIVA: COORDENADORA DE PROJETOS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

LETÍCIA LEAL



Coordenadora de projetos de Inovação e Sustentabilidade do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), que recebeu o Fiinsa em Belém, Letícia Leal destaca o cenário de conexões no estado paraense, ampliando resultados do ecossistema de impacto. Nos debates, participou da roda de conversa “E quem fica? Juventude e o futuro das economias amazônicas”.

Qual a importância dessa conexão, Fiinsa, Cesupa, Cria e desse grande movimento em prol dos negócios de impacto na região amazônica.

Letícia: Para a gente, faz muito sentido falar sobre isso. Receber um evento como esse, porque a gente sabe quantas coisas nascem dessas oportunidades, quando diferentes atores se unem. A universidade a serviço da sociedade, mas também como ecossistema de inovação de impacto, que está na pauta dos negócios de impacto com programas de empreendedorismo, enfim, e também se unindo a instituições tão grandes em um evento tão relevante como o Fiinsa.

Dos painéis que eu participei, vi o grau de troca que teve. Eu fiquei impressionada como as pessoas estão se sentindo confortáveis mesmo para ir falar com outras pessoas. **E é isso, é isso que mais se espera de um evento: que ele seja vivo.** Eu acho que é o que está acontecendo aqui. E especialmente para o Cria, como um ecossistema, a gente gosta que as coisas sejam vivas e que as pessoas se conectem; quanto mais complexo, melhor.

O Cria é relativamente novo e tem essa conexão com as aceleradoras daqui. Tem alguma ação que vocês estão prevendo para o futuro, algum lançamento? Como é que você vê essa ligação do Cria como Fiinsa, as outras aceleradoras e instituições que estão aqui no evento?

Letícia: Sim, a gente teve o primeiro programa que foi “Empreende Amazônia”. Eu fui gestora de incubação dele inclusive. Foi uma iniciativa de 50 negócios de impacto e que geram valor na Amazônia, não necessariamente só localizados aqui, mas a maioria deles estavam em Belém, em Manaus, no Norte do Brasil. Foi uma iniciativa muito importante, foi feita com a Bridge for Billions, com o braço da ONU para o Meio Ambiente, que é o Unep. Eu acho que foi esse marco inicial que deu a toada de que dentro do Cesupa a gente só vai falar da pauta de negócio de impacto mesmo, se gerar valor para a região. Eu acho que o “Empreende Amazônia” foi muito importante e a gente veio agora com “Bio Belém”, que é focado para Belém, e ele está acontecendo agora. A gente está hoje com negócios de impacto. Eles já estão no processo de capacitação, de formação. Estão também alinhados com contexto de negócio de impacto e agora fomentando Belém especificamente num ano tão crucial como é o ano da COP30.

A gente partilhou e os participantes do Bio Belém também tiveram representantes no Fiinsa e entraram dentro das agendas da COP. A gente se vê bem nesse lugar de mobilizador mesmo. O próximo plano é continuar focando no desenvolvimento, especialmente, dessas iniciativas de aceleração nesse lugar de negócio, que é o lugar em que a universidade pode fornecer muito com a infraestrutura que a gente tem.

Em todos os programas, o que é comum é estarmos a serviço dos negócios. Então, por exemplo, os negócios que são de comidas e bebidas a gente conecta com Nutrição; os negócios que precisam de propriedade intelectual, a gente conecta com o Núcleo de Práticas Jurídicas; até apoio psicológico a gente oferece, a partir da infraestrutura do Cesupa. **É totalmente conectado com nossa vontade, que é ver a gente gerando impacto para essa geração e para as próximas gerações de negócios.**

E eu acho que um ponto importante também é que dentro dos programas curriculares a gente já começa a falar de negócio de impacto. A gente tem o Amazon Hack, onde os alunos desenvolvem soluções já em formato de negócio de impacto, para inspirar novos. É um ecossistema redondo. A gente entende que os alunos estão cobrando. Eles não querem só mais apresentar para os investidores ou para os nossos parceiros. Eles querem investir e desenvolver o negócio. Então, faz total sentido continuar com outros programas e continuar desenvolvendo e estando a serviço deles.

Acaba tendo uma troca de saberes? Porque vocês têm essa pegada mais universidade e eles com a criação.

Letícia: A gente tem um lugar da inovação, a gente fala do lugar de sustentabilidade dentro do Cria. A universidade tem um aparato técnico de pesquisa, mas também de estruturas. O Cesupa faz muitos atendimentos de saúde, de nutrição, de psicologia, abertos ao público. É do DNA essa parte de extensão a serviço, que faz total sentido conectar também com a pauta dos negócios, que a gente sabe que agora a pauta é bioeconomia, a gente pensar num novo formato para conseguir acelerar essa mudança.



PRODUÇÃO DO FIINSA COP30

Da cenografia às atrações culturais, das ilustrações à gastronomia, o Fiinsa COP30 contou com colaboradores, voluntários e artistas que por meio de seu trabalho enriqueceram o festival, ressaltaram a riqueza da cultura amazônica e o seu extraordinário potencial.

Mercado Fiinsa

Sendo uma das propostas do festival ser um espaço dinâmico de diálogo, conexão e ação, o Mercado Fiinsa traduziu isso muito bem. O espaço reuniu 50 marcas entre empreendedores e cooperativas da bioeconomia para exposição, demonstração e comercialização de produtos da sociobiodiversidade. Sob curadoria da Amaz Aceleradora, Lab de Impacto, Associação dos Negócios de Sociobioeconomia da Amazônia (Assobio) e o Cria Amazônia, que é o ecossistema de inovação e sustentabilidade do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), o Mercado Fiinsa gerou 102 vendas e mais de R\$ 11,5 mil de recursos.



Parceiros que apoiam negócios da floresta

Um dos diferenciais do Mercado Fiinsa, edição especial COP30, foi a parceria entre uma aceleradora de impacto, dois programas de aceleração e uma associação que, de formas diferentes, apoiam negócios da floresta e fizeram a curadoria dessa edição especial na COP30. Mais de 50 marcas apresentaram seus produtos no evento.



O **“Lab de Impacto”** é o programa de aceleração do Impact Hub Manaus – um dos principais atores do ecossistema de inovação e impacto socioambiental da Amazônia. Criada em 2023, a iniciativa apoia negócios dos nove estados da Amazônia Legal e promove uma jornada na qual os empreendedores acessam formações especializadas, mentorias, conexões estratégicas e um capital semente de até R\$ 100 mil.

Já a **Amaz**, coordenada pelo Idesam, é a maior aceleradora de impacto da região Norte. A instituição possui um fundo de financiamento híbrido (blended finance) de R\$ 25 milhões, totalmente dedicados a investimentos em negócios, que atuam em territórios amazônicos. Atualmente, tem 16 negócios em seu portfólio e todos participam de uma jornada de aceleração customizada, gerando resultados positivos para a floresta e suas populações.



Por sua vez, o **Cria - Ecossistema de Inovação e Sustentabilidade**, do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), apresentou algumas marcas que fazem parte do programa “Empreende Amazônia”, iniciativa de 50 negócios de impacto que geram valor na região, e o “Bio Belém” que apoia ideias em prol do desenvolvimento da capital paraense.

Quem também teve incidência no Mercado Fiinsa foi a **Associação dos Negócios de Sociobioeconomia da Amazônia (Assobio)**, que representa pequenos e médios negócios, cuja cadeia produtiva e estratégia de impacto se baseiam na Amazônia e em sua bioeconomia. A instituição também visa alinhar expectativas empresariais e desenvolvimento socioeconômico na região, priorizando a proteção do bioma e o bem-estar de seu povo.



Cenografia

Toda a cenografia foi pensada para refletir e valorizar a cultura amazônica. O trabalho foi feito por Bolyvar Melo com o apoio dos artistas Jeferson Cecim, Renan Cavalcante e Giovanni Serra. O coletivo Rio Piriá também fez parte do projeto acrescentando grafismos inspirados em peixes e elementos dos rios amazônicos. E para completar o projeto, o abridor de “letras de embarcação”, Donielson da Silva, mais conhecido como Donnys, do município de Muaná (PA), criou as placas de identificação dos espaços do Fiinsa.



Atrações

Da abertura ao encerramento, o Fiinsa recebeu atrações culturais que reforçaram ainda mais seu propósito de trazer conexão e valorizar a visão e a voz de quem vive na região. O início foi com o grupo Filhos de Iracema fazendo um cortejo com erveiras, cantigas e banho de cheiro no “Ritual de Chegança”. Os intervalos receberam a animação do DJ Me Gusta, de Belém/PA, pesquisador, DJ e produtor dedicado à cultura amazônica. A hora do almoço foi embalada pelo cantor Iris da Selva, que por intermédio de uma fusão entre a tradição e contemporaneidade reinventa o carimbó, ritmo marcante do Pará. Quem encerrou o festival com uma grande celebração foi o grupo Boi Vagalume da Marambaia, que levou uma apresentação valorizando a preservação e a difusão da cultura popular amazônica, especialmente por meio do tradicional cortejo de boi-bumbá.





Gastronomia

A gastronomia foi um ponto alto, afinal, é uma característica do Fiinsa promover experiências gastronômicas que celebram o melhor da culinária regional. Por meio dos ingredientes de alta qualidade e preparos que proporcionam uma verdadeira explosão de sabores, quem esteve no festival não foi embora sem experimentar a gastronomia paraense. O tacacá, açaí e outros destaques da culinária paraense foram inseridos no cardápio para valorizar a gastronomia regional e oferecer ao público momentos únicos de conexão com a cultura local por intermédio da comida.





Cinema Fiinsa

Sob curadoria da Mostra Ecoa de Cinema Socioambiental, parceria entre duplofilme (@duplofilme.am) e OCA Amazônia (@oca.amazonia), foram exibidos 16 curtas, entre documentários, animações e experimentais, que abordam mudanças climáticas, saberes ancestrais, vivências comunitárias e outros temas socioambientais, com ênfase em produções da região Norte.

Para uma ambientação completa dos espectadores, foi criada uma videoinstalação em looping unindo cinema, comunicação e luta territorial. O espaço também recebeu projeções de mapping dos artistas Aryellow e Mhorgana.



Transmissão Youtube

Por se tratar de uma edição especial do Fiinsa, os convites foram limitados, mas quem não foi presencialmente, não perdeu o evento. O @idesanico, canal do Idesam no YouTube, transmitiu toda a programação em tempo real, proporcionando a experiência completa de acompanhar os painéis e rodas de conversa do evento. Ao todo, foram 13 horas ao vivo, em dois espaços de transmissão. Além disso, no canal, você pode conferir o vídeo institucional do Fiinsa COP30:

- ▶ FIINSA COP30 - FESTIVAL DE INVESTIMENTOS & NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA - **MANHÃ**
- ▶ FIINSA COP30 - FESTIVAL DE INVESTIMENTOS & NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA - **TARDE**



DA AMAZÔNIA PARA O MUNDO

A carta “**Da Amazônia para o Mundo**” reúne demandas, propostas e soluções cocriadas por mais de 430 participantes durante o festival na COP30. Elaborado a partir de painéis, rodas de conversa e atividades colaborativas, o documento sintetiza desafios e caminhos apontados por empreendedores, investidores, organizações da sociedade civil, academia, setor público e lideranças comunitárias e de povos e comunidades tradicionais.

Intitulada “Da Amazônia para o Mundo: uma carta de ação pós-Fiinsa COP30”, a publicação destaca o bioma amazônico como um território, onde soluções concretas emergem de três pilares centrais: **escala em rede, economia de profundidade e conexões estratégicas**. O conteúdo foi desenvolvido com o apoio de sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela empresa Singulari, contribuindo para a precisão, segurança e qualidade dos dados.

O material apresenta cinco estratégias para impulsionar o desenvolvimento sustentável da região, reforçando a Amazônia como protagonista de uma nova economia inclusiva, inovadora e regenerativa, guiada pela sabedoria ancestral que mantém a floresta viva.

A carta foi entregue a lideranças estratégicas da COP30, entre elas Denis Minev, CEO da rede varejista Bemol e enviado especial da COP30 para o setor privado da Amazônia; Bruna De Vita, diretora do Departamento de Políticas de Estímulo à Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Márcia Soares, gerente de Amazônia e Parcerias do Fundo Vale; além de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras instituições.

A carta pode ser lida na íntegra no site: **fiinsa.org.br**.





SOBRE O FIINSA

O Fiinsa COP30 foi realizado pelo **Impact Hub Manaus** e pelo **Idesam**, com correalização do Cesupa.

A produção foi da **Rede Casa Sete** e a curadoria de conteúdo ficou a cargo do **Instituto Arumã**, sob coordenação de Raquel Luna.

A cenografia foi assinada por **Bolyvar Melo**, com apoio dos artistas **Jeferson Cecim**, **Renan Cavalcante** e **Giovanni Serra**. Integrando esse núcleo criativo, estiveram também o **coletivo Rio Piriá** — reconhecido pelos grafismos inspirados em peixes e elementos dos rios amazônicos — e o abridor de “letras de embarcação” **Donielson da Silva**, o Donnys, de Muaná (PA).

A identidade visual do evento foi desenvolvida pelo Pivô Estúdio Criativo e as artes visuais foram produzidas pelas designers **Letícia Rezende** e **Camila Paula**.

A assessoria de comunicação foi realizada pela **Up Comunicação Inteligente**, e a apresentação e o cerimonial ficaram sob responsabilidade de **Karina Souza** e **Larissa Sato**.

O Cinema Fiinsa contou com curadoria da **Mostra Ecoa de Cinema Socioambiental**, uma parceria entre a **Duplo Filme** e a **OCA Amazônia**. As projeções de mapping foram desenvolvidas pelos artistas **Aryellow** e **Mhorgana**, enquanto as projeções animadas das ilustrações ficaram por conta de **Murilo Savage**. As ilustrações originais foram criadas pela artista **Dedeh Farias**.

O buffet do festival foi assinado pelo **Café Tiquin**.

Ao todo, a equipe contou com o apoio de **18 voluntários e colaboradores do Cesupa**.

O eBook do Fiinsa COP30 foi produzido pela empresa **Inajá Comunicação**, com textos das jornalistas **Elendrea Cavalcante** e **Audrey Bezerra**.



